



Mídia e terrorismo

Outro mundo e outra imprensa depois do 11 de Setembro

Alberto Dines, Antônio Brasil, Arnaldo Dines, Cristiana Mesquita,
Ivo Lucchesi, Luciano Martins Costa, Luiz Carlos Ramos, Luiz Weis, Marinilda Carvalho,
Muniz Sodré, Sérgio Vieira de Mello, Ulisses Capozzoli, Luiz Egypto (org.)

Índice

Capítulo I

Show de horrores	3
A morte ao vivo	4
O espetáculo da execução anunciada	6
Daniel Pearl: procura-se jornalista seqüestrado	9
Repórter decapitado, imprensa brutalizada	11
Por que os jornalistas morrem?	13

Capítulo II

Oriente Médio em chamas	17
A destruição de um sonho	18
A cumplicidade silenciosa	21
Cobertura para gente grande	25
Por que jornalistas se engajam?	28

Capítulo III

11 de setembro, um ano depois	36
Mídia prefere Apocalipse	37
As máquinas da guerra	39
Caso de esquizofrenia noticiosa	43
O terror nosso de cada dia	45

Capítulo IV

Bombas e manchetes	48
Sem repercussão o terror não aterroriza	49
Não foi preciso inventar um grande homem	51
A responsabilidade pedagógica da mídia	53
A paz, o jornalismo e a violência	57

Capítulo V

Do 11-S ao 11-M	62
Mídia cúmplice de Aznar	63
O que se esconde sob uma cobertura	65
Terrorismo e alienação	68
Todos usam o terror	74

Apresentação

Com este tomo fecha-se o segundo volume da *Biblioteca do Observatório*. O primeiro volume – ***A mídia e o jornalismo fiteiro***, lançado em 6/4/2004 – teve 7.338 downloads nos primeiros 30 dias de exposição. O segundo volume, ***Mídia e terrorismo*** (25/5/2004), “vendeu” em dois meses 10.433 exemplares do primeiro tomo.

A maioria dos textos deste Tomo II foi produzida um ano depois do 11 de Setembro. Neste livro, aborda-se a execução de Timothy McVeigh, o terrorista-midiático responsável 168 mortes em Oklahoma, depois há uma escala no drama do jornalista Daniel Pearl para, finalmente, chegar à magnificação do terrorismo depois do 11-S, que culminou na escalada guerreira do governo Bush, nos ataques a Madri e nos estilhaços que atingiram o Estado e a mídia espanhóis.

Os livros apresentados nesta biblioteca são organizados a partir dos arquivos do *Observatório da Imprensa* (www.observatoriodaimprensa.com.br). Com presença regular na internet desde abril de 1996, o *OI* guarda textos cuja leitura mantém-se atual.

Esta edição tem 76 páginas; pode impressa ou copiada no seu computador. Com ilustrações de Spacca, os textos são referidos pela data de sua publicação e a URL original. A *Biblioteca OI* tem outros volumes “no prelo”. Aguarde. E boa leitura.

Capítulo I

Show de horrores

O terrorista americano Timothy McVeigh conseguiu estender por sete anos os seus quinze minutos de fama utilizando-se do contraste da brutalidade de seu crime com a frieza de sua personalidade. Ao contrário do repórter Daniel Pearl, do Wall Street Journal, que em janeiro de 2002 foi seqüestrado e morto no Paquistão. Pearl demonstrou que os jornalistas estão agora na linha de tiro, cada vez mais tidos como alvos militares.

A morte ao vivo

Arnaldo Dines

[18/4/2001 # <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/mo180420011.htm>]

Durante o julgamento em Nova York de quatro terroristas árabes acusados pelas explosões das embaixadas americanas em Dar Es Salaam, na Tanzânia e em Nairobi, no Quênia, em 1998, foi revelada a existência de um manual de terrorismo com o título de *Estudos militares na Jihad contra os tiranos*. Com 180 páginas divididas em 18 capítulos, o manual – cuja publicação é atribuída ao líder terrorista Osama bin Laden – ensina como cometer assassinatos e atos terroristas em países do mundo ocidental. Mas se o terrorismo já tem o seu manual para a execução de atentados, resta agora à imprensa americana desenvolver um manual com regras para a cobertura jornalística dos responsáveis por esses atos.

O problema é: enquanto a Constituição americana dita que todos são iguais perante a lei, a imprensa prefere caracterizar o grau de culpabilidade do terrorista em função da nacionalidade das vítimas. Aparentemente, na opinião dos jornais e das redes de televisão nos Estados Unidos, um terrorista – seja qual for a sua nacionalidade – é mais culpado quando as vítimas são americanas, e menos culpado quando as vítimas são estrangeiras.

O terrorista americano Timothy McVeigh, por exemplo, conseguiu estender os seus 15 minutos de fama a 7 anos por meio do contraste da brutalidade de seu crime com a frieza de sua personalidade. Responsável único pelo massacre de 168 vítimas inocentes na explosão de um prédio público em Oklahoma, em 1995, e com execução marcada para 16 de maio [de 2001], ele é justificadamente caracterizado como um monstro de sangue-frio tanto nas primeiras páginas dos jornais como nos primeiros minutos dos noticiários de TV. E é esta imagem que alimenta a sede coletiva por vingança, a ser saciada em parte com a transmissão ao vivo da execução através de um circuito fechado de televisão. Ainda que limitada apenas aos familiares das vítimas, a transmissão é uma espécie de versão modernizada e digitalizada de um velho espetáculo francês: a execução por guilhotina em praça pública.

“Involuntário e acidental”

O frenesi jornalístico com essa seqüência de eventos chegou a tal ponto que John Ashcroft, chefe do Departamento de Justiça, ao informar a imposição de limites no acesso da imprensa a McVeigh, antes da

execução, fez também um apelo nacional para que a mídia não se torne uma “co-conspiradora” (palavras dele) involuntária na propagação das visões fanáticas de McVeigh.

Por outro lado, os 15 minutos de fama dos terroristas nos casos das embaixadas americanas na África duraram pouco mais do que isso, em tempo real. Desde o início do julgamento, em fevereiro, a cobertura tem sido rotineira e ocasional no interior dos primeiros cadernos dos jornais, sendo raramente mencionada nos telejornais. Mesmo os nomes desses terroristas permanecem obscuros e impronunciáveis, substituídos por generalizações como “militantes muçulmanos”, “discípulos de Osama bin Laden” ou pela simples alusão às suas nacionalidades e origens étnicas – justamente como consta no início do primeiro parágrafo deste texto. Mas se esta despersonalização tem o efeito benéfico de desmistificar o terrorista como indivíduo, o efeito paralelo é uma banalização das tragédias humanas causadas por esses indivíduos. Nas explosões na África, a apatia da imprensa é ainda alimentada pelo fato de que somente 12 das 224 vítimas eram americanas. O restante dos mortos eram africanos.

A atuação da imprensa americana se revela ainda mais surpreendente no caso de Lori Berenson, que vai a julgamento pela segunda vez, no Peru, por seu comprovado envolvimento com o Movimento Revolucionário Tupac Amaru (MRTA), grupo marxista responsável por

Timothy McVeigh foi o responsável único pelo massacre de 168 inocentes na explosão de um prédio público em Oklahoma, em 1995.

inúmeros assassinatos e seqüestros. Americana de 31 anos, ela já havia sido condenada por um tribunal militar secreto em 1996, em uma farsa de justiça montada no auge da farsa presidencial de Alberto Fujimori. Já cumpriu 5 anos de pena em condições deploráveis, num presídio no alto dos Andes. Se o seu envolvimento com o grupo terrorista foi involuntário e acidental, como ela clama – ou voluntário e premeditado, como acusa o governo peruano –, caberá ao novo tribunal civil decidir, desta vez em sessão pública.

Justificação moral

Todos esses detalhes, além de dados biográficos da vida de Lori, foram amplamente reportados para o público – obviamente não com o destaque dado à McVeigh, mas ainda assim com uma cobertura desproporcional à importância do caso. E é justamente essa atenção especial, assim como uma ênfase na moralidade do novo julgamento, que revela uma forte dose de parcialidade num caso que, de certa maneira, bate perto do coração da imprensa americana.

O fato é que Lori Berenson é filha de um casal de intelectuais de Nova York e estudou no conceituado Massachusetts Institute of Technology. Ela é fruto do meio ambiente cultural do chamado *northeastern*

corridor – um corredor geográfico que vai de Washington a Boston, com Nova York no centro. Assim como ela, grande parte dos repórteres e editores dos principais órgãos de comunicação do país são produtos desse mesmo meio.

Para um editor do *New York Times* ou do *Washington Post*, por exemplo, Lori poderia ser sua própria colega ou parente. E é esta empatia emocional que resulta em uma simpatia editorial com o drama de Lori, seja ela realmente culpada ou inocente. Talvez por isso, a maioria dos artigos sobre o seu julgamento demonstra uma certa tendência conspiracional por parte do governo peruano, representado por um corpo judicial anônimo, contra o idealismo de uma jovem americana.

De outra parte, seria interessante imaginar a postura da imprensa perante um hipotético julgamento, em solo americano, de um jovem idealista peruano, envolvido com grupos terroristas ativos nos Estados Unidos. E, ainda hipoteticamente, qual seria a reação do *establishment* intelectual e político do país perante a publicação em algum grande jornal de matéria que tentasse justificar o réu (um estrangeiro) por razões sentimentais ou ideológicas?

Foi exatamente contra essa racionalização do terrorismo (e conseqüente justificação moral do terrorista) que investiu John Ashcroft, do Departamento de Justiça, quando levantou a questão da mídia como instrumento de propagação do fanatismo, no caso de Timothy McVeigh. Cabe agora à imprensa americana cobrar de si mesma uma cobertura compatível com a gravidade do ato terrorista, independente da nacionalidade dos perpetradores e das vítimas.

O espetáculo da execução anunciada

Arnaldo Dines

[16/5/2001 # <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/iq160520016.htm>]

Mais do que um mero empecilho judicial na imposição da pena de morte a um terrorista confesso, o adiamento da execução de Timothy J. McVeigh funcionou como um jato de água fria na fogueira jornalística criada pela imprensa americana para cobrir um evento que, pela natureza trágica, deveria ser reportado com

discrição e sobriedade. McVeigh foi o responsável pelo atentado a um prédio público de Oklahoma City que matou 168 pessoas, em 1995.

Nada de discrição, muito menos sobriedade. O circo montado pela mídia em Terre Haute e Oklahoma City (pela ordem, locais da execução e da explosão) preparava-se para encenar, em 16 de maio, uma celebração da vingança coletiva em picadeiro americano, em detrimento do debate em torno da funcionalidade e da moralidade da morte como arma punitiva do Estado.

O fato é que apesar da punição pela morte de 168 pessoas, a execução de McVeigh corria o risco de transformar-se num notável efeito de propaganda ao funcionar como corolário perfeito aos seus ideais terroristas.

A recusa inicial do próprio McVeigh em estender o processo por meio de apelos legais contra a execução, prevista para consumir-se com uma série de injeções letais, era uma clara demonstração da predisposição do réu confesso à autopromoção. Era a sua corrida olímpica para a conquista do título de mártir supremo dos

A execução de Timothy McVeigh corria o risco de transformar-se num notável efeito de propaganda e funcionar como corolário perfeito aos seus ideais terroristas.

movimentos paramilitares, racistas e anti-governamentais nos Estados Unidos. Se este *status* for eventualmente alcançado, o terá sido em grande parte com a cumplicidade involuntária da imprensa americana na sensacionalização do evento. Um exemplo ilustrador da questão é que enquanto mais de 1.600 jornalistas haviam requisitado credenciais para cobrir a execução na penitenciária federal em Terre Haute, no estado de Indiana, nenhum órgão da imprensa se deu ao trabalho de dispensar muita atenção ao destino ou à ideologia de Terry L. Nichols, o parceiro de McVeigh na construção da bomba, e que hoje cumpre uma pena de prisão e esquecimento perpétuo em penitenciária federal em Oklahoma. A popularidade de Nichols na mídia ainda tem uma chance de aumentar, em função de um possível julgamento adicional – desta vez em tribunal estadual – com possibilidade de condenação à pena de morte.

Circuito fechado

A realidade é que, em termos de terrorismo, nada como uma morte gloriosa e devidamente reportada pela imprensa para fazer de um fanático qualquer um líder revolucionário. O exemplo supremo dessa filosofia é o suicídio incendiário de David Koresh e seus seguidores, membros do chamado Branch Davidian, após um longo e infrutífero sítio pelo FBI, em Waco, no Texas. Foi justamente este trágico evento, em 28 de fevereiro

de 1993, transmitido ao vivo pelas redes de televisão, a principal motivação de Timothy McVeigh no seu ódio ao governo americano.

Na mesma linha estão os terroristas suicidas árabes, que em função de uma vida miserável sequer pestanejam em se deixarem detonar com quilos de explosivos junto às suas próprias vítimas, sob a única certeza da conquista do paraíso no além celeste. Mas esse tipo de terrorismo, banalizado pela monotonia da repetição, vem sofrendo queda de audiência nos noticiários de televisão e perdendo espaço nos jornais e revistas.

De outra parte, nada pior para a popularidade de um terrorista que apodrecer atrás das grades. Além de Terry Nichols, um outro sofredor estigmatizado é Theodore Kaczynski. Conhecido como Unabomber, Kaczynski foi condenado em 1998 à prisão perpétua após admitir culpa pelo envio, entre 1978 e 1995, de 16 pacotes e cartas-bombas pelo correio, resultando na morte de 3 pessoas, além de ferimentos graves em várias outras. Embora tenha protagonizado o fato inédito de ter seu “Manifesto” (um documento contendo suas idéias revolucionárias) publicado em alguns dos maiores jornais americanos, Kaczynski hoje está totalmente negligenciado pela imprensa, esquecido no isolamento de uma prisão de segurança máxima no estado do Colorado.

Recentemente, quem levantou a questão da martirização de terroristas condenados à morte foi John Ashcroft, chefe do Departamento de Justiça (equivalente no Brasil ao cargo de ministro), em apelo feito aos meios de comunicação para que evitem transformarem-se em instrumentos da disseminação do fanatismo ideológico. Mas se por um lado Ashcroft havia limitado o acesso da imprensa à Timothy McVeigh antes da execução, havia também concedido aos familiares das vítimas o direito de assistir ao vivo aos procedimentos da sentença, através de um sistema de circuito fechado de TV. E foi nesta brecha de ética falida – sinônimo de vingança – que se baseou a imprensa americana para tentar vestir a cobertura do evento com uma falsa aura de respeitabilidade aos sentimentos dos que perderam parentes e amigos na explosão.

Medidas de segurança

Como a execução estava marcada para as 8 horas (na costa Leste) de um dia útil (quarta, 16 de maio de 2001), as grandes redes de televisão haviam sido premiadas com a conveniência de poder encaixar o evento dentro de um horário já reservado a programas produzidos por seus departamentos jornalísticos – *Good Morning America* na ABC, *Today* na NBC e *Early Show* na CBS. A CBS, assim como CNN e Fox, planejavam sua cobertura a partir do posicionamento dos âncoras de seus programas matinais no local da execução, com a participação acessória de correspondentes especiais junto às famílias das vítimas, em Oklahoma.

No local da execução, apenas dois lugares estavam reservados para repórteres das redes de televisão (obviamente sem câmeras) do total de 10 jornalistas autorizados a testemunhar a morte de McVeigh. Como consequência, a maior parte da cobertura televisiva das redes nacionais estava sumariamente condenada a uma espécie de exílio jornalístico – com a geração de meros comentários de dentro dos muros da penitenciária, mas de fora do prédio da execução.

Os planos da NBC e ABC, por outro lado, posicionavam seus âncoras em Oklahoma City para enfatizar as reações dos parentes das vítimas. Mas enquanto a NBC justificava sua cobertura em função da maior relevância jornalística do local da explosão sobre o da execução, a ABC abdicou de qualquer pretensão jornalística e partiu abertamente para a sentimentalização, sob o pretexto de uma cobertura baseada no drama dos reais heróis da tragédia, e não no vilão. Esta filosofia em especial estava sendo criticada nos meios de comunicação, sob a alegação de que a ABC deveria estar mais preocupada em reportar os fatos e não em enviar uma mensagem.

O problema é que indiferente ao formato da cobertura, o resultado maior do frenesi jornalístico seria justamente o envio de uma clara e simples mensagem: a celebração da morte de McVeigh como fator catalisador da criação de um novo feriado no calendário terrorista mundial. Tanto assim que o governo americano já havia preparado medidas extraordinárias de segurança para a proteção de todos os prédios federais no dia 16 de maio, um procedimento que infelizmente tenderá a se repetir anualmente – seja em 11 de junho, a nova data prevista para a execução de McVeigh, ou em qualquer outra em que seja inevitável a sua morte.

Daniel Pearl: procura-se jornalista seqüestrado

Antônio Brasil

[6/2/2002 # <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/ipub060220021.htm>]

Jornalismo de verdade é trabalho perigoso e envolve risco. Na quarta-feira, 23/1/2002, o repórter Daniel Pearl, do *Wall Street Journal*, foi seqüestrado e possivelmente morto durante o último final de semana. Ele é mais uma vítima da nossa profissão. Bombardeados pelos militares e seqüestrados pelos terroristas, os jornalistas estão na linha de tiro e são, cada vez mais, visados como alvos militares.

Mas apesar dos riscos, contra tudo e contra todos, ainda há colegas que decidiram investir na contramão de uma tendência e tentam fazer o mais difícil. Ao invés de se contentar em fazer jornalismo de efeito – aparecer muito na TV, de preferência somente nas ruas de Londres ou de Nova York, longe dos conflitos, ganhar muito dinheiro e ficar famoso –, Daniel Pearl resolveu investigar solitariamente as origens do terrorismo com o risco de ser considerado agente do Mossad ou da CIA. Aqui mesmo no Brasil, algum tempo atrás, jornalista que investigava denúncias contra a ditadura era sempre tachado de “comunista” e pronto. Prende e arrebenta!

Ao contrário dos militares americanos, Pearl estava tentando colher informações para entender o que estava realmente acontecendo. Não parecia se contentar em buscar o primeiro alvo sem correr risco. E se acreditarmos nas últimas notícias distribuídas pelas agências internacionais, o chefe do bureau no sul da Ásia do *Wall Street Journal* decidiu fazer o que poucos querem, ou podem, mas que todos os jornalistas deveríamos ao menos tentar: buscar as notícias onde elas estão.

Daniel Pearl foi seqüestrado fazendo algo realmente perigoso. Corria atrás de uma entrevista com líderes religiosos muçulmanos que possuem ligações com grupos terroristas. Não deu outra. Caiu na rede do terror e virou moeda de troca numa guerra de mídia e de imagens.

Ao mostrar as condições humilhantes dos prisioneiros da guerra do Afeganistão em Guantánamo, Cuba, os jornalistas se superaram e em mais um furo de reportagem: exibiram ao mundo imagens impressionantes de homens presos, acorrentados como animais raivosos sob a mira dos fuzileiros americanos. Houve uma indignação mundial, inclusive entre os aliados mais leais dos Estados Unidos, como a Inglaterra. As imagens eram fortes e a reação imediata foi proporcional. Em vez de os terroristas investirem contra os militares americanos, numa verdadeira guerra de indefinições e dúvidas, o alvo escolhido foi, mais uma vez, um jornalista.

Daniel Pearl foi seqüestrado fazendo algo realmente perigoso. Corria atrás de uma entrevista com líderes religiosos muçulmanos que tinham ligações com grupos terroristas. Não deu outra: caiu na rede do terror e virou moeda de troca numa guerra de mídia e de imagens.

Tempos difíceis

A indignação internacional agora ficou por conta de outras imagens que chocam a todos. Elas mostram um jornalista amedrontado, algemado, com uma arma apontada para a cabeça e sendo tratado, segundo declarações de seus próprios captores, “da mesma forma desumana que nossos companheiros em Cuba”. É uma guerra ao jornalismo com as melhores armas da nossa profissão: imagens chocantes e manchetes idem. No melhor estilo “sensacionalista” os jornais alardeiam: “Mistério sobre morte de jornalista” (*O Globo*,

2/2/2002, pág. 26), “E-mail anuncia execução de refém” (*Jornal do Brasil*, 2/2/2002, pág.7), “Jornalista seqüestrado pode estar morto” (*Folha de S.Paulo*, 2/2/2002, pág. A9), “Jornalista pode ainda estar vivo” (*Último Segundo*, 2/2/2002).

As exigências dos seqüestradores do grupo que se autodenomina Movimento Nacional pela Reconstrução da Soberania no Paquistão são tão estranhas quanto o seu nome. E num sinal evidente dos novos tempos, eles também exigem que todos os jornalistas americanos deixem imediatamente o Paquistão.

Está aberta a temporada de caça aos jornalistas. São tempos difíceis para a prática da profissão. Até mesmo o editor-geral do *Wall Street Journal* resolveu se envolver e, num apelo dramático pela vida do seu repórter, propôs conceder espaço em seu jornal para que os seqüestradores divulguem suas idéias. E ainda declarou, num raro momento de humildade, que “por definição os jornalistas são meros mensageiros e, em liberdade, Daniel Pearl poderia explicar as causas e as crenças de muitas pessoas”.

Fica a dúvida sobre o tipo de jornalismo que o *WSJ* anda praticando. Num meio em que os editores costumam ser muito arrogantes é difícil acreditar nas suas boas intenções – embora admita-se que, no momento, vale tudo para salvar a vida de mais um colega em perigo. Mas prefiro mesmo o argumento, a mensagem e a sinceridade de uma outra jornalista, Mariane Pearl, casada com a vítima e grávida de 6 meses. Em entrevista à CNN, ela pedia pela vida do marido simplesmente porque ele era uma “boa pessoa” e mandava um recado dizendo que “o amava muito”. Nada mais a declarar.

Repórter decapitado, imprensa brutalizada

Alberto Dines

[27/2/2002 # <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/mem270220021.htm>]

Não deve ter sido o “adiantado da hora”, a concorrência de outros grandes assuntos ou uma velada simpatia pela causa do terrorismo. Alguma coisa aconteceu nos corações e nas mentes dos jornalistas brasileiros que travou sua capacidade de reagir diante de um dos mais bárbaros atentados jamais cometido contra um homem de imprensa e, portanto, contra a própria imprensa.

O resultado deste travamento – ou emasculação – foi uma cobertura burocrática, convencional, desalmada.

Na sexta-feira [22/2/2002] pela manhã, os ingleses *The Guardian* e *The Independent* já destacavam, horrorizados, a degola do repórter seqüestrado e sua posterior decapitação.

É possível aventar uma dúzia de hipóteses para explicar o comportamento distanciado, quase indiferente, de jornalistas diante de uma violência como a perpetrada contra Daniel Pearl. Uma delas é que a operação jornalística desumanizou-se de tal forma que já não há espaço nem tempo para o horror e a indignação.

Aqui, nestas amenas plagas, onde trabalhamos com uma vantagem de três horas sobre as redações inglesas, nossos jornalões foram álgidos. Os paulistanos deram chamadas de uma coluna nos confins da primeira página em linguagem gélida (*Folha de S.Paulo*: “Jornalista feito refém morreu, afirmam EUA”; *Estado de S.Paulo*: “EUA confirmam morte de repórter seqüestrado”). Já os jornalões cariocas sequer conseguiram enfiar a informação nas suas edições nacionais. A sensibilidade do jornalismo carioca foi salva pelo *Jornal do Brasil* no dia seguinte, sábado, com uma chamada no alto da primeira página usando as palavras apropriadas: “Jornalista americano foi degolado”.



Daniel Pearl

Na sexta à noite, dezoito horas depois das primeiras informações e, agora, com farto material disponível, nossos telejornais utilizaram a mesma frieza: o *Jornal Nacional* comoveu-se durante 1 minuto e 19 segundos, o *Jornal da Record* omitiu-se e o *Jornal da Globo* alongou-se por 2 minutos, quase o mesmo da edição das 22 horas na Globonews.

Nos jornais de sábado, domingo e segunda nenhum editorial. Isto significa que os donos da verdade não se sensibilizaram com a agressão sofrida pela instituição da qual pretendem fazer parte. O mesmo deu-se no âmbito dos opinionistas: embora profissionais como a vítima, não se importaram, não foi com eles. Honrosa exceção a do Ouvidor da *Folha*, embora seja sua obrigação incomodar-se com o que se passa na mídia.

Os semanários, ultimamente tão frívolos, não ficaram insensíveis. Mas à altura em que circularam, o clima horror já se desvanecera. Ficou o registro, apenas.

É possível aventar uma dúzia de hipóteses para explicar esse comportamento distanciado, quase indiferente, de jornalistas diante de uma violência destas proporções:

** a tragédia ocorreu no plano individual;

** foi acidente de trabalho, a vida continua;

** a operação jornalística desumanizou-se de tal forma que já não há espaço nem tempo para o horror e a indignação;

** o mal banalizou-se, nada surpreende;

** o viés ideológico antiamericano, o preconceito antijudaico e/ou a simpatia pela causa dos assassinos abafaram qualquer sentimento de solidariedade para com a vítima;

** complacência acrítica.

Este é um caso de estudo que deveria ser desenvolvido em nossos centros acadêmicos. Com dez entrevistas no máximo pode-se obter uma razoável radiografia da nossa *anima* jornalística.

Por que os jornalistas morrem?

Cristiana Mesquita

[13/3/2002 # <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/jd130320021.htm>]

A morte do jornalista Daniel Pearl desencadeou uma discussão importante sobre o comportamento da imprensa nos conflitos recentes . Por “recentes” estou me referindo da guerra do Vietnam para cá, já que não podemos falar da Segunda Guerra Mundial porque os tempos eram outros e o jornalismo era outro.

Foi bom ler o artigo “Journalists are now targets – but who is to blame for this?” (Jornalistas agora são alvos – mas de quem é a culpa?), de Robert Fisk, no jornal *The Independent* [23/2/2002] Todo mundo leu e comentou o artigo do jornalista inglês que faz pertinente criticas aos colegas que chegam ao absurdo de usar uniformes e até a andar armados. Não vou me dar o trabalho de comentar o uso de armas por jornalistas porque isso beira a loucura e, graças a Deus, é raro. No campo, nós chamamos estes jornalistas fantasiados de *cowboys* e fugimos deles como o diabo foge da cruz porque até ficar por perto é um perigo.

Admito que, às vezes, eu mesma adoto parte da indumentária local por motivos práticos. Se você está dirigindo por uma estrada e mal pode respirar por causa da poeira, não vejo nada de mais em comprar um lenço no bazar local para cobrir o rosto desde que esse lenço não te identifique com um grupo ou facção. Mas como o próprio Fisk escreveu, não há como disfarçar o fato de que somos estrangeiros, ocidentais, infiéis e etc. Além disso, somos obrigados pelas nossas empresas (por exigência das companhias de seguro) a usar coletes a prova de balas e capacetes. Esses adereços já nos transformam numa espécie de exército à parte e faz com que nós nos destaquemos da multidão.

Muitos jornalistas, eu inclusive, só usam essa parafernália quando absolutamente necessário – como numa incursão a uma frente de batalha ou em deslocamentos por estradas perigosas, que é onde morrem a maioria dos jornalistas. Com os coletes, capacetes, canivetes suíços e um bom café da manhã estamos, muitas vezes, melhor equipados do que a população e a maioria dos exércitos locais.

Em Sarajevo, por exemplo, confesso que tinha vergonha de andar com toda essa proteção enquanto a população civil era alvo de franco-atiradores em cada esquina. O problema é que fica tão bonitinho na televisão... Todo repórter de vídeo sonha com aquela passagem ao lado de um tanque, paramentado com coletes e capacetes azuis mostrando para o mundo como ele/ela é corajoso e como aquele lugar é perigoso.

Mas cá entre nós, vamos falar sério. O que está matando jornalistas não é a indumentária do repórter, mas a maneira de reportar.

Engajamento

Já faz algum tempo que venho observando com horror a mudança de “estilo” no jornalismo de uma maneira geral e no jornalismo de guerra, em particular. Só para citar alguns exemplos: vimos a CNN entrar num acordo com o Saddam Hussein para permanecer em Bagdá quando todas as outras redes de televisão estavam sendo expulsas do país. Só Deus sabe o que a CNN ofereceu em troca. Vimos a famosa jornalista Christianne Amampour, também da CNN, cobrar do presidente Clinton, numa entrevista ao vivo, a imediata intervenção do exército americano na Bósnia. O engajamento da Christianne, que no meu

livrinho é mau jornalismo, foi decisivo para os acontecimentos da guerra e rendeu à repórter um contrato de um milhão de dólares por ano.

Outro famoso repórter da BBC – John Simpson – fez questão de se adiantar às tropas da Aliança do Norte e, ao entrar na capital do Afeganistão, anunciou, ao vivo e em cores, que a BBC estava liberando Cabul.

Ora, ninguém tem sangue de barata e muitas vezes não podemos evitar chorar e sofrer com o desespero da vítimas de uma guerra. E ainda bem que é assim, porque no dia em que não sentirmos nada devemos parar tudo e procurar uma terapia urgente. Mas, na hora de reportar a história, temos que ao menos tentar colocar os sentimentos de lado e deixar que os fatos falem por si.

Mais do que qualquer outra coisa foi a busca de neutralidade e imparcialidade que nos manteve vivos. Mas parece que esses são conceitos antiquados e incompatíveis com o jornalismo moderno e participativo de hoje em dia.

Redes mundiais

Precisamos lembrar que, com as redes mundiais e a internet, tudo o que fazemos e dizemos pode ser visto e ouvido por todos, inclusive por aqueles de quem estamos tratando. Osama bin Laden, por exemplo, contava com uma complexa rede de comunicação via internet e tinha acesso a parabólicas que permitiam a ele acompanhar todo o noticiário internacional. Portanto, ele poderia ter desafetos neste ou naquele repórter.

Já houve situações em que escapei da morte simplesmente por provar que não trabalhava para a BBC ou para a CNN. Isso é inevitável, mas faz com que o nosso trabalho fique muito mais perigoso.

Ninguém tem sangue de barata e muitas vezes não podemos evitar chorar e sofrer com o desespero da vítimas de uma guerra. Mas, na hora de reportar a história, temos que ao menos tentar colocar os sentimentos de lado e deixar que os fatos falem por si.

Ainda se discute se Daniel Pearl foi morto porque era americano ou judeu ou correspondente do *Wall Street Journal*. Artigo publicado neste *Observatório* insiste que ele foi morto por ser judeu. Não concordo. Se fossem matar todos os judeus na imprensa não sairia jornal no dia seguinte. Penso que Pearl morreu, antes de tudo, porque era americano. Se fosse inglês, também serviria. É claro que se além de inglês ou americano o sujeito for judeu, é seria melhor ainda. Com o envolvimento desses países nas guerras, as empresas estão cada vez mais optando por jornalistas de nacionalidades neutras como australianos, sul-africanos, neozelandeses e até mesmo brasileiros.

A morte de um cidadão inglês ou americano é uma valiosa arma de propaganda. Quantos jornais do mundo colocariam na primeira pagina o título “Jornalista brasileira é executada por extremistas no Paquistão”?

Crise de identidade

Vamos falar sério novamente. Em setembro do ano passado, o líder da Aliança do Norte, comandante Masoud, foi assassinado no Afeganistão por militantes Talibã que se passavam por uma equipe de televisão que ele recebia para uma entrevista. Não me lembro bem dos detalhes, mas houve também o caso da polícia holandesa que se disfarçou de equipe de televisão para obter acesso a um local onde algumas pessoas estavam sendo mantidas como reféns. Uma vez lá dentro, as câmeras se transformaram em armas e os seqüestradores foram mortos.

Aqui mesmo no Brasil, lembro de um homem que apontava revólver para o pescoço de uma jovem quando um cinegrafista se aproximou e conseguiu controlar o criminoso. Depois ficamos sabendo que o cinegrafista era, na verdade, um policial que pegou a câmera emprestada para se aproximar do bandido.

O caso da Holanda ainda causou discussão e órgãos de imprensa de lá, que protestaram contra a atitude da polícia, mas aqui ninguém falou nada. Deve ser por que estamos acostumados a essa confusão de papéis. A todo instante vemos jornalistas com câmeras escondidas fazendo trabalho de polícia, portanto não deve ter nada de mais ver um policial se passar por jornalista.

Estamos vivendo uma crise de identidade. Precisamos rever os princípios básicos da nossa profissão e nos agarrar a eles como o náufrago segura a tábua de salvação. Se quisermos nos engajar em alguma causa devemos trabalhar para uma ONG. Se quisermos ficar famosos devemos fazer novelas. Se quisermos pegar o bandido ou entrar em combate devemos trabalhar na polícia ou nos alistar no exército. Mas se queremos ser jornalistas e continuar vivos devemos simplesmente reportar.

Capítulo II

Oriente Médio em chamas



“Não será fácil recolher os escombros depois de passar por tamanha brutalidade. Não tenho dúvida de que reconstruiremos a nossa emissora e recuperaremos a esperança que tínhamos cinco anos atrás.” (Daoud Kuttab)

A destruição de um sonho

Luiz Weis

[10/4/2002 # <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/iq100420021.htm>]

Os ataques com bombas de efeito moral e balas de borracha a um comboio de cinco veículos blindados, transportando 25 jornalistas de vários países que pretendiam cobrir o encontro entre o enviado americano ao Oriente Médio, Anthony Zinni, e o presidente da Autoridade Palestina, Yasser Arafat, no que restava do seu QG em Ramallah, na sexta-feira, 6 de abril, foi – pelo menos até então – a manifestação mais notória da guerra à imprensa estrangeira desencadeada abertamente pelo governo Sharon, nos territórios palestinos reocupados a pretexto de destruir a “infra-estrutura do terror” antiisraelense.

Sob a cínica alegação de que os jornalistas foram obrigados a abandonar, “para sua própria segurança”, as cidades palestinas invadidas e as demais regiões cisjordanianas consideradas “zonas militares fechadas” porque eles “poderiam ser confundidos com terroristas”, como disse em um debate na CNN um porta-voz do Escritório de Imprensa do governo de Tel-Aviv, Israel nada mais faz do que imitar todo exército agressor que não distingue entre inimigos armados e civis indefesos: impedir que o mundo conheça – ou melhor, veja – as barbaridades praticadas contra a população palestina.

A decisão de intimidar e, de preferência, escorraçar da Cisjordânia jornalistas previamente credenciados por Israel visa impedir que a imprensa noticie atrocidades como a da menina de 14 anos “morta pelo exército quando saiu à janela, em Toubas” e o do garoto de 8 anos morto “num ataque de helicóptero com mísseis perto de Nablus” (*O Estado de S. Paulo*, 6/4/2002). “Outro menino de 8 anos foi morto com mais três pessoas no campo de refugiados de Askar”, acrescenta o jornal.

Como resumiu, com crua franqueza, um porta-voz militar israelense, citado por um repórter da TV francesa, em Belém: “Nada de imagens, nada de testemunhas, nada de matéria”.

Nada que se possa dizer do combate fascista movido por Sharon contra a liberdade de expressão na Cisjordânia se compara, porém, ao depoimento publicado no *New York Times* no sábado, 6/4/2002 – disponível em (www.nytimes.com/2002/04/06/opinion/06KUTT.htm) –, de autoria do jornalista palestino Daoud Kuttub, diretor do Instituto de Mídia Moderna da Universidade Al Quds, de Jerusalém.

Todo jornalista – toda pessoa decente – precisaria ler o artigo “Tirado do ar à força em Ramallah”. Segue a íntegra:

“Ainda recordo o dia no começo de março de 1997, quando me entregaram uma folha de papel emitida pela Autoridade Palestina permitindo ao Instituto de Mídia Moderna da Universidade Al Quds estabelecer uma emissora local de TV em Ramallah. Com muita energia e quase sem recursos, iniciamos o processo de montar a TV Educativa Al Quds. Queríamos criar uma estação independente que não fosse nem ventríloquo do governo, nem um canal comercial que vivesse de shows e xampu.

“Não foi fácil, mas fomos amplamente bem sucedidos até esta semana.

“Cinco anos depois de nossa primeira emissão – usando um transmissor de 40 watts para televisionar um peixinho dourado num aquário, nadando ao som de Beethoven –, nossos sonhos foram estilhaçados. Nossa estação, que cresceu em tamanho, audiência e programação, foi destruída e soldados israelenses estão usando nossos escritórios e estúdios. Nenhuma ordem foi dada para esse fechamento. Não violamos lei alguma. A destruição foi simplesmente um ato de agressão gratuita.

“Desde o começo a vida era dura, mas nossa existência até esta semana jamais esteve em questão. Nossa missão de permanecer independentes recebeu ajuda apenas limitada. Muitos importantes doadores internacionais queriam auxiliar a emissora oficial como forma de promover a Autoridade Palestina. Mas, com a assistência de fundações palestinas, como a Associação para o Bem-Estar, e organizações internacionais, como a Sociedade Aberta e a Fundação Ford, fomos capazes de criar um TV palestina alternativa que gerava programas de serviço público a exemplo da PBS e C-Span.

“Líderes de cúpula da Autoridade Palestina não estavam felizes conosco. Quando passamos a transmitir ao vivo as sessões do eleito Conselho Legislativo palestino, a TV oficial começou a interferir nas nossas transmissões. Quando levamos ao ar uma sessão que tratava da corrupção na Autoridade Palestina, fui preso e mantido numa prisão palestina durante sete dias. Minha soltura, resultado de pressões locais e internacionais, ajudou a garantir a continuidade de nossa emissora.

“Desde então, e apesar de algumas programações críticas da Autoridade Palestina, fomos deixados em paz. Tratamos, no ar, de assuntos que iam desde o abuso físico e sexual de crianças, a problemas de casamentos precoces entre jovens palestinas, até a falta de respeito por pessoas com deficiências físicas. Abordamos temas como ambiente, saúde pública e planejamento familiar. Como parte da visão do presidente da Universidade Al Quds, Sari Nuseibeh, embarcamos em 1997 numa sociedade sem precedentes com a televisão educativa de Israel para produzir uma versão palestino-

israelense de 'Vila Sésamo'. O programa foi produzido com a finalidade de ensinar a crianças tanto israelenses como palestinas respeito mútuo e tolerância.

"Liberdade de expressão e a apresentação de opiniões diferentes sobre questões sociais, econômicas e políticas eram os nossos objetivos. Sentíamos firmemente que estávamos assentando os tijolos de uma sociedade coesa e progressista que seria o fundamento de um estado independente.

"Nada disso era fácil diante da ocupação israelense. Ainda assim, nos recusamos a ceder ao desespero. Na mais recente incursão israelense demos o melhor de nós mesmos para continuar com o nosso trabalho, apesar da missão praticamente impossível de manter uma TV educativa em tais tempos. Tanques circulavam em volta de nossa cidade, nossa equipe estava sob toque de recolher e estávamos separados uns dos outros a não ser pelo telefone. O fato de nossa emissora ficar na periferia da cidade poupou-nos durante os primeiros dias da incursão. Continuamos a levar ao ar uma mistura de mensagens de utilidade pública (por exemplo, exibindo os números de telefone de serviços médicos), mais programas como a série que produzimos com o Unicef para ajudar pais e crianças a lidar com o trauma da violência.

"Então, na terça-feira [2/4/2002], soldados israelenses vieram ao prédio de quatro andares da Faculdade de Profissões Médicas, onde se localizavam os nossos estúdios, e começaram a destruir o que havíamos trabalhado para construir. Todas as salas dessa instalação educacional foram arrombadas e o equipamento, destruído. Os dois membros remanescentes de nossa equipe que punham a emissora no ar foram mantidos presos durante quatro horas antes de serem soltos.

"Durante o seu aprisionamento, viram câmaras de TV e arquivos de vídeo de valor incalculável serem lançados do quarto andar, onde estavam os nossos equipamentos e estúdios.

"Felizmente, nem a minha família nem a nossa equipe foram feridas fisicamente. Perto do que aconteceu a outros, devemos ser gratos ao nosso destino. Mas o que aconteceu não foi apenas destruição de propriedade, mas uma tentativa de destruir nosso sonho de construir uma TV educativa útil e de ajudar a erguer um Estado viável com saudáveis instituições cívicas.

"Não será fácil recolher os escombros depois de passar por tamanha brutalidade. Não tenho dúvida de que reconstruiremos a nossa emissora e recuperaremos a esperança que tínhamos cinco anos atrás. Ao mesmo tempo, confio em que o nosso povo, com o apoio da comunidade internacional, se

levantará da dor e lançará as fundações de uma sociedade que possa viver em paz com os seus vizinhos.” [Pela tradução, L.W.]

A cumplicidade silenciosa

Ivo Lucchesi

[10/4/2002 # <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/iq100420023.htm>]

Mesmo diante do mais inaceitável dos conflitos, a exemplo do que está em curso no Oriente Médio (não menos horripilante que aquele ocorrido na Bósnia), a mídia brasileira parece não alterar seu padrão. Ela trabalha no ritmo compassado, na condição de eficiente “balcão de informações”, digno de um disciplinado regime burocrático. Com esmerado cuidado técnico, o “produto jornalístico” oferece ao leitor conteúdo sofrível, para não classificá-lo de deplorável.

A julgar pela cobertura realizada pela imprensa oficial, fica a sensação de que os órgãos de comunicação diariamente estão a exhibir capítulo de uma novela cuja estética deriva de um molde previamente determinado. Nele, espaço, tempo, enredo, personagens e ilustrações (equivalentes a figurino e cenários) parecem categorias bem comportadas e habilmente formatadas para a reprodução em série, ou seja, o típico “jornalismo industrial”, independentemente de haver correspondentes internacionais próprios, fato decorrente de uma política de redução dos custos. Também a deficiência das abordagens não deriva de uma eventual censura em territórios palestinos ocupados imposta por dirigentes israelenses a profissionais de comunicação, exceção feita a alguns jornais europeus e, preferencialmente, franceses.

A ausência dos dois fatores acima pontuados, na realidade presente, geraria igual efeito. Na verdade, o tipo de cobertura diz respeito à definição de uma “estética ideologizada” que também se pôde constatar na “invasão invisível” que forças norte-americanas promoveram no Afeganistão. Tal observação quer dizer que aquele jornalismo atuante e incômodo, praticado na Guerra do Vietnam, não encontra mais lugar.

Portas outrora abertas hoje estão lacradas, tanto pela orientação dos grandes donos quanto pela limitação intelectual, verificável na maioria dos profissionais contratados. A partir desse reconhecimento, não fica difícil deduzir o tipo de “estética” dominante. Quantificar mortos e feridos, identificar alvos atingidos, com temperos

de fotos chocantes, arrematados com a inclusão de algumas declarações, ora de um arrogante Sharon, ora de um declinante Arafat, compõem a estrutura fixa de cada capítulo.

Fora dos contornos da “moldura narrativa”, definida pela “estética”, há o abnegado empenho de articulistas, devotados à causa de forçarem os leitores a pensar o sentido e o absurdo do “enredo da morte”, traduzido dia a dia pela implacável marcha dos acontecimentos. São os articulistas que, na imprensa brasileira, habitam segundo e terceiro escalões, os agentes a conduzirem o leitor para além do efeito imobilizador gerado pelo simples registro dos fatos. Todavia, também é sabido que a quantidade de articulistas a irradiar focos de reflexão não é tão farta e igualmente vasto também não é o espectro de leitores em sintonia com tais artigos. Então, qual é a conclusão? Em parte, ela tão simples quanto melancólica: resta basicamente o jornalismo de informação factual, marcado pela sua inconsistência crônica que, exatamente por isso, pode vir a ter seus dias contados. Já há sinais de saturação em alguns segmentos jovens. Parafraseando uma sentença de Aníbal Machado, em relação aos “modernistas de 22”, diria que os jovens talvez não saibam ainda o que querem, mas já sabem o que não querem. Em algum nível, eles haverão de forçar o rumo das coisas...

A razão e a desrazão

A crise aguda a que chegaram as tensões no Oriente Médio tem, no mínimo, duas matrizes: uma interna, outra externa. Para agravar a complexidade que envolve o embate entre o Estado de Israel e a Autoridade Palestina há a constatação de que, em ambas as matrizes, é detectável um desdobramento de cunho antitético em si mesmo, a que denominaremos “dialética da contradição interna”. Em princípio, a dialética supõe sempre a tensão entre duas teses. O que se pretende apontar, no caso, é que, no enredo do conflito, em cada uma das teses há o contrário do que ela própria afirma, ou seja, tanto no lado israelense quanto no lado palestino se faz presente a “síntese contrastiva”, ou “concomitância assimétrica”, embaraçando conceitos de certo/errado, justo/injusto, defesa/violação.

Milhares de seres olham a vida para celebrá-la, enquanto outros estão prontos para banalizá-la com um cinto de explosivos.

Para dar maior visibilidade à questão:

- 1.** É legítimo o princípio de autoproteção reivindicado por Israel; é inaceitável a política expansionista de Israel, ou seja, o segundo fato contradita o primeiro;
- 2.** É justíssimo o direito de os palestinos terem um Estado constituído em território próprio; é abominável a recorrência ao terrorismo para a obtenção desse fim.

As duas faces (na verdade, quatro) da matriz interna ainda recebem mutuamente a sobrecarga de outro impasse: ambos os lados exigem o reconhecimento de seu próprio Estado, sem reconhecerem o “Estado” do “outro”.

No âmbito da matriz externa, situa-se o modo como o Ocidente olha e relata o conflito. Nesse “modo de olhar”, revelam-se também duas vertentes. No interior delas, aloja-se outro desdobramento potencializador de mais contradição. Procurarei descrevê-lo.

a) O confronto tende a ser visto como uma guerra entre judeus e fundamentalistas islâmicos, travestidos de palestinos. A observação tem tanto de verdadeira quanto de falsa. É verdadeira, se alguém entende que Israel é um Estado judaico. Por outro lado, é falsa para quem compreende ser Israel um Estado de maioria judaica que, por sua vez, abriga palestinos, estrangeiros de todas as partes, raças e crenças – ou seja, o cidadão israelense (judeu e não exclusivamente judeu) é digno e vítima de outros (judeus e não unicamente judeus) tão indignos quanto perversos. Em Israel, como nos EUA, há seres humanos e terroristas que praticam atentados contra inocentes, bem como assassinos de seus próprios líderes e políticos.

Na Autoridade Palestina, de igual modo, habitam seres íntegros e decentes, em meio a mentes deformadas por crenças homicidas e planos terroristas. Milhares de seres olham a vida para celebrá-la, enquanto outros estão prontos para banalizá-la com um cinto de explosivos. Cidadãos palestinos cujas ancestralidades tão bem viveram em meio a judeus, bem como estes em relação àqueles, estão pelas ruas a querer o direito a passar por elas livre e descontraidamente. Por outro lado, conterrâneos estão prontos para o flagelo e a destruição.

O Ocidente tem de se esforçar em noticiar os acontecimentos, sem o cômodo e o irresponsável reducionismo tendencioso, sem satanizar e estigmatizar raças nem credos. Nada de mais diabólico existe no Oriente Médio que não habite a paisagem não menos tenebrosa do Ocidente, com suas faces a exporem terrorismo, narcotráfico, rede de prostituição, comércio ilegal de armas, violência urbana, massacres sociais pelo desemprego, pela fome, por extermínios, etc.

b) O confronto é visto por certos segmentos do Ocidente como o palco ideal para grandes negócios, ou seja, entra na questão um dado novo, sob a forma de pergunta: “Quem lucra com o acirramento e prolongamento do conflito?”

O cenário do lucro

Até mesmo uma leitura ingênua dá conta de que dois setores industriais multiplicam seu lucro, à medida que se intensifica o confronto, em nome dos inadministráveis impasses: a indústria bélica e a indústria

extrativista, ou seja, armas e petróleo. Um terceiro tentáculo pega carona na prosperidade gerada pelo horror: o mercado de capitais. Oscilações no preço do barril alteram quadro das ações e das aplicações nas principais bolsas do mundo. Somente neste ano, em função do rumo dramático presente na região do Golfo, o preço do petróleo foi majorado em 35%. Muitos ganharam (e ganham). Quem são eles? Corporações industriais especializadas em tecnologia de ponta (para fins bélicos ou não) se valem de “guerras administradas” para campo de teste de seus inventos. Quais são elas? O que leva, portanto, a mídia oficial (nacional e estrangeira) a não tematizar tais questões? Que cumplicidade silenciosa é essa?

Também a mídia faz a sua fatura com o atual quadro. As grandes redes e agências de notícia vendem a “informação-produto” para inúmeras partes do mundo. O conflito do Oriente Médio, por conseguinte, é objeto de manipulação da *razão perversa* e da *razão cínica*. Há, na origem e no desdobramento do conflito, a manipulação regida por “atravessadores” e “intermediários” no engendramento de intrigas (e por que não no financiamento direto e/ou indireto de atentados?).

No centro das tramas, populações são empurradas ao corpo-a-corpo, sob o incentivo de grupos que clamam por vingança (em nome da justiça) e disseminam o ódio (em nome da verdade divina). Nesse embate, entram também políticos com suas carreiras e vaidades. Está corretíssimo Alberto Dines, em seu artigo “A voz da diáspora”, quando, no parágrafo final, afirma:

“Sharon, como seus antecessores da direita israelense, brande uma história distorcida e enferma. Tão pernicioso e caricato como aquela brandida por seus detratores”. (*Jornal do Brasil*, 6/4/2002)

No jogo sujo dos interesses econômico-financeiros, não foram poucos os que suspiraram aliviadamente quando um tiro à queima-roupa matou o primeiro-ministro Rabin. Muitos haverão esfregado as mãos de prazer, ante o promissor horizonte de lucros. É estranho que a imprensa não problematize esses ângulos oblíquos nos quais a “verdade” por vezes fica soterrada...

A imprensa brasileira

Jornalistas de plantão dirão que especular ou formular matérias calcadas em hipóteses e interpretações é trair o próprio fundamento que rege o ideário jornalístico. Menos ainda, irão fazer ilações em torno de um problema do qual a realidade brasileira até se orgulha em não ter. Afinal, somos um povo tolerante com todas as diferenças, e até reconhecidos como boníssimos anfitriões. No Brasil, não há lugar para sectarismos, continuarão alegando os jornalistas de plantão. Se assim pensam, então é urgente que vozes comecem a prevenir o contrário. Nenhum povo é mais ou menos conciliador ou beligerante e discriminador. Isto sim é falso. A sociedade brasileira facilmente – como qualquer outra – sai (ou pode sair) de um modo de ser para

outro, desde que aqui também se instalem “atravessadores”, “intermediários” ou “agentes do ódio”. Em pouco tempo, grande parte da população brasileira, tradicionalmente “cordata” e “hospitaleira” pode ser guindada a comportamentos hediondos.

É prudente termos, na linha imaginária de nossas expectativas históricas, a possibilidade de disjunções cujo perfil pode ser variado. Se a situação de conflito se mostrar interessante (ou necessária), ela será criada. Nesse momento cruel, nenhum “jornalista de plantão” aparecerá para dar explicações a respeito de sua tímida e limitada percepção no passado. Terá sido tarde demais para evitar a irradiação do mal. Em nome de se fortalecer uma cultura pluralista em todos os aspectos, é que a cobertura jornalística de conflitos como o do Oriente Médio deveria ser orientada não pela mera reprodução de dados, fatos e marketing de políticos ou organizações, e sim voltada para fornecer elementos com os quais as pessoas efetivamente pudessem elaborar pensamentos e relativizar possíveis tendências preconceituosas ou estigmatizantes. Fica o apelo... enquanto ainda se pode fazê-lo.

Cobertura para gente grande

Cristiana Mesquita

[17/4/2002 # <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/mo170420021.htm>]

Instada por este *Observatório* a escrever sobre a cobertura do conflito no Oriente Médio pela mídia brasileira, minha primeira reação foi rápida: “Que cobertura?”. E tive que parar e pensar. O que estaria impedindo a Globo de enviar uma equipe a Israel? A Globo, sim, porque no Brasil é a única emissora a produzir uma cobertura internacional própria.

Confesso que tem sido uma tortura acompanhar o noticiário nacional sobre o Oriente Médio. Tenho preferido assistir aos telejornais da CNN ou da BBC – ao quais, apesar de não serem perfeitos, ao menos têm equipes reportando do olho do furacão. Se é uma tortura para mim, fico imaginando que como devem estar se sentindo os correspondentes internacionais da Rede Globo.

Tenho certeza que os repórteres da Globo estão infelizes por ter que destrinchar horas de imagens enviadas pelas agências para, depois, escrever um texto, também baseado nas agências, e, finalmente, descer três lances de escada para encerrar a matéria com uma “passagem” de Londres...

Desde o fim da ditadura, quando a cobertura internacional era fundamental para tapar os buracos deixados pela censura nos telejornais, as emissoras brasileiras optaram por delegar essa tarefa para as agências internacionais de notícias e, agora, para a CNN. Os altos custos de cobertura, aliado à idéia (totalmente absurda) de que o público brasileiro não se interessa por matérias do exterior, foi a pá de cal no jornalismo internacional de qualidade na televisão brasileira.

A Globo se esforça. Mantém escritórios em Londres e Nova York e, mesmo sem ter competidores, continua buscando os furos de reportagem – como a entrevista com brasileiros que estão passando o pão que o diabo amassou em Ramallah, por telefone. É melhor do que nada, mas não posso aceitar que seja apenas uma questão de custos. Grandes redes em todo mundo também foram forçadas a fechar escritórios e a reduzir equipes. A diferença é que elas se adaptaram aos novos tempos de vacas magras.

Novas tecnologias

Há duas maneiras de cobrir um conflito violento ou guerra – seja em Israel, no Afeganistão, na Bósnia ou qualquer outro lugar.

Você pode planejar sua cobertura como uma grande rede americana, que envia equipes de pelo menos 10 pessoas, mais suas próprias facilidades de geração, e isso custa uma fortuna. Ou você manda um pequeno grupo de profissionais altamente treinados que vai saber se virar com o mínimo de recursos. As emissoras brasileiras não têm dinheiro para a primeira opção e nem os profissionais, para a segunda.

Os jornalistas brasileiros que são enviados para o exterior foram criados e treinados nas emissoras, onde acostumaram-se a contar com uma estrutura de trabalho que jamais encontrarão no campo. Nas minhas coberturas de guerras para agências internacionais de notícias, raramente contei com mais de duas pessoas na equipe. E para que isso funcionasse era necessário que todos fizéssemos de tudo.

Repórteres e cinegrafistas são treinados para fazer muito mais do que suas respectivas funções exigem. Já aconteceu, por exemplo, de eu estar ocupada produzindo ou escrevendo uma matéria e o cinegrafista sair correndo para fazer uma entrevista; ou então o cinegrafista estar ocupado com uma edição e eu ter que sair para gravar imagens complementares.

Os tempos mudaram e a televisão, por mais irônico que pareça, deve se mirar no exemplo dos bons e velhos repórteres de jornal que saíam da redação de ônibus, com um endereço num pedaço de papel e uma câmera fotográfica pendurada no ombro, e voltavam com a matéria. Talvez esteja exagerando um pouco, mas esse é o espírito.

Cobertura de guerra é muito caro, a começar pelo seguro de vida dos profissionais. Se alguém já se deu ao trabalho de ler as letrinhas de alguma apólice de seguros vai notar que todas esclarecem que não cobrem acidentes ocorridos em zonas de guerra. Depois, vêm os custos de transmissão, hotéis, aluguel de carro, intérpretes, diárias e por aí vai. Não se pode abrir mão do seguro, mas, para todo o resto, uma equipe bem treinada pode dar um jeito.

As redes brasileiras de TV também têm sido incrivelmente lentas em reagir às novas tecnologias. Boa parte das equipes que estavam cobrindo a guerra no Afeganistão já usavam pequenas câmeras de vídeo e transmitiam suas matérias pelo computador. A própria CNN faz isso o tempo todo. O vídeofone, que permite ao jornalista entrar ao vivo de qualquer lugar do mundo utilizando apenas uma linha telefônica, já tem qualidade suficiente para ser adotado em qualquer telejornal com relatos de primeira mão.

Dou minha cara a tapa se uma entrada do repórter Caco Barcellos via vídeofone no *Jornal Nacional*, mesmo que com a qualidade inferior mas falando direto de Israel, não daria o maior ibope.

Paletó e gravata

O conflito em Israel, que a qualquer momento pode descambar para uma crise geral no Oriente Médio com conseqüências inimagináveis para todos nós, enquanto isso vai deixando de ser a matéria de abertura dos telejornais e daqui a pouco passa para o segundo bloco, depois para o terceiro, até virar uma notinha. Aí vão dizer que é porque o público cansou da história quando, na verdade, o público cansou é de ver aquela matéria fria que não acrescenta nada ao que já não tenha visto nos jornais ou em outro canal.

Desde o fim da ditadura, quando a cobertura internacional era fundamental para tapar os buracos deixados pela censura nos telejornais, as emissoras brasileiras optaram por delegar essa tarefa para as agências de notícias e, agora, para a CNN.

Muita gente talvez não tenha notado, mas a cobertura internacional da Globo melhorou. Houve uma época em que as matérias de fora entravam como “lapadas”, isto é, 10 segundos para cada assunto, como uma revista em que as páginas eram viradas rapidamente dando tempo de ler apenas as manchetes. Hoje já se pode ver longos minutos dedicados a uma matéria com participações de correspondentes em Londres, Nova York e Washington.

O *Jornal Nacional*, que tem um padrão extremamente rígido, inovou colocando no ar o trabalho do vídeojornalista Luis Nachibin, que viaja o mundo sozinho gravando suas próprias matérias. Por enquanto são apenas matérias frias, com formato quase idêntico ao das reportagens tradicionais, mas já é um começo.

A Globo se arriscou, e muito, quando colocou no ar, para reportar direto do Afeganistão, uma completa desconhecida que nunca fez sequer uma aulinha de dicção. Está certo que houve um momento de pânico na redação quando me perguntaram se eu tinha um blazer para fazer o “ao vivo” – e eu respondi que não tinha blazer nem batom e o que o cabelo não era lavado havia pelo menos 5 dias. Foi importante lembrar a eles que eu estava em Cabul e não em Brasília.

Correspondente de guerra não é estrela, é operário. Trabalha feito operário e vive como operário. E não adianta mandar uma equipe para marcar presença por uma semana para acompanhar a visita a Israel do secretário de Estado americano Colin Powell. A equipe tem que ficar lá o tempo necessário para entender a história (ainda não inventaram maneira melhor para cobrir um fato), estabelecer contatos e se entrosar com a pequena comunidade de correspondentes de guerra que, no final das contas, são as únicas pessoas com quem se pode contar quando alguma coisa dá errado.

O correspondente de guerra tem que ter a experiência que vai lhe permitir total autonomia para decidir o que cobrir – e como. O correspondente de guerra tem que estar familiarizado com todo o tipo de tecnologia que vai facilitar e baratear sua cobertura.

Resta saber se a Globo está disposta a tirar o paletó e a gravata e botar a mão na massa. Esperamos que sim.

Por que jornalistas se engajam?

Marinilda Carvalho

[23/4/2002 # <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/mo240420021.htm>]

Robert Fisk é britânico, tem 56 anos, 25 deles vividos no Oriente Médio. Casado com jornalista, mora com a família em Beirute, de onde escreve para o diário inglês *The Independent* <www.independent.co.uk/>. É frila

fixo da revista americana *The Nation* <www.thenation.com> e tecla para diversos sites alternativos, como CounterPunch <www.counterpunch.org>. Tem doutorado e já recebeu pelo menos 12 vezes o prêmio anual de melhor correspondente britânico.

E por que falar de Fisk? É que no dia 16 de abril ele publicou no *Independent*, após sua mais recente maratona de palestras pelos Estados Unidos, um artigo definitivo sobre as mudanças que percebeu na “dócil” sociedade americana, apesar de sua imprensa “sem personalidade”, que noticia de forma “medrosa e preconceituosa” o conflito no Oriente Médio. “Pela primeira vez [em 10 anos] não foi minha fala que eles contestaram, mas as falas de seu presidente e as falas da imprensa sobre a guerra de Israel ao terrorismo e a necessidade de sempre, acriticamente, apoiar tudo que este pequeno aliado americano no Oriente Médio diz ou faz”, escreveu Fisk. “Nos EUA, costumo falar a auditórios semivazios. Há três anos, consegui atrair a um auditório de 600 lugares em Washington apenas 32 americanos. Mas em Chicago, Iowa e Los Angeles, neste mês, eles vieram às centenas – quase 900 de uma vez na University of Southern Califórnia.”

O artigo “Medo e aprendizado na América” é acima de tudo esperançoso. Mostra que, apesar do comportamento farisaico da mídia, grupos cada vez maiores duvidam da grande imprensa, das verdades de Washington e até mesmo da eleição de George W. Bush. Será que essa sociedade cinematográfica, com visão da história pautada na estética de Hollywood, que vive, peca e se redime nos roteiros de Hollywood e até se desconstrói em Hollywood – terá o 11 de setembro quebrado o encanto? –, enfrenta afinal um processo “matrix” de autodescoberta? Fisk não perde tempo em elucubrações: registra apenas as nuances que percebeu em sua última visita aos EUA.

Robert Fisk sempre se destacou da massa de correspondentes porque é um dos últimos jornalistas engajados do planeta. No conflito do Oriente Médio, contra Israel e EUA, mas também contra a Autoridade Palestina corrupta. No Iraque, contra os EUA e os aliados, mas a favor dos curdos oprimidos por Bagdá. Em Kosovo, contra a Otan – e a Sérvia. Por isso, *quase* todo mundo o odeia, de Tel-Aviv a Washington, passando por Londres, Paris e Ancara. Não livra a cara de ninguém, nem da ONU. Colegas mundo afora não o suportam, especialmente os americanos. E muitos brasileiros.

Melhor no *Ha'aretz*

O *quase* se justifica porque ele é amado por alguns leitores, colegas, países. Tanto que não consegue dar conta dos convites para palestras, entrevistas, chats. E assunto para falar não lhe falta: pelo *London Times* testemunhou a Revolução dos Cravos, em Portugal; pelo *Independent*, cobriu a guerra civil no Líbano, a revolução iraniana, a Guerra Irã-Iraque, a Guerra do Golfo, as chacinas dos anos 90 na Argélia, as guerras da Bósnia e de Kosovo. Fisk revelou ao mundo a tragédia libanesa no livro *Pity the nation: Lebanon at war*

(Atheneum, 1990). Do Líbano saiu sua matéria mais chocante: o bombardeio israelense do prédio da ONU em Cana, que abrigava 800 refugiados, em 1996. Ele viu de perto: morreram 106 pessoas, entre as quais 55 crianças, a maioria mutilada. Foi pelas matérias de Fisk que o mundo soube que num curto período Israel jogou 22 mil bombas no Líbano.

Ou teria sido mais chocante a reportagem também de 1996, também testemunhada, sobre a destruição de uma ambulância em Mansouri, Sul do Líbano, com 14 pessoas a bordo, por um míssil israelense lançado de helicóptero? Ou a denúncia de que crianças iraquianas contraíram câncer após os ataques aéreos americanos e britânicos com bombas de urânio empobrecido, refugio das usinas nucleares?

Tudo isso rende a Fisk não poucos aborrecimentos. Por ter estado presente em tantos episódios dramáticos e quase sempre usar a primeira pessoa em suas matérias, é acusado especialmente nos EUA de se colocar no centro da notícia. “É que os jornalistas americanos fogem da controvérsia, não são mais testemunhas de nada, não ousam dizer ‘eu vi isto, esta é a verdade’”, desabafou em entrevista a Matthew Rothschild, editor do jornal americano *The Progressive*.

É tachado pelo Ocidente de amigo de Slobodan Milosevic, por ter denunciado as atrocidades da Otan nos Bálcãs. Já os sérvios, que também castigou com suas críticas, o consideram “agente diversionista” da aliança atlântica. Por se atrever a condenar a brutalidade de Israel, é sempre rotulado de anti-semite. Ultimamente, perdeu a paciência: processa qualquer um que o acuse de racista, seja leitor, colega ou autoridade. “Essas acusações têm o objetivo de calar o jornalista, pelo medo de ser tachado de anti-semite. E receio que tenha dado certo em muitos casos aqui nos EUA”, disse a Rothschild. Ele dá exemplos chocantes desses casos em “Medo e aprendizado nos EUA”: os jornais americanos não assumem como verdadeiros nem os fatos históricos, usando, ao mencioná-los, a palavra “suposto”, para evitar cartas de protesto. Ele não diz, mas a prática também exorciza os temidos processos na Justiça. Segundo Fisk, a cobertura dos combates feita pelo diário israelense *Ha'aretz* excede em muito o que a imprensa americana ousa contar.

A fraude da Newsweek

“Na Grã-Bretanha publicaram-se cartas sugerindo que eu sou anti-semite”, continuou. “Atualmente, se acontece eu processo, porque lá ser chamado de racista é base para ação por calúnia e difamação. Não aceito isso de ninguém, porque é mentira.” Fisk observa que há, entretanto, outras formas não-explicítas de acusá-lo de racismo. “Por exemplo, dizendo: ‘Sr. Fisk, você escreve do lado escuro do jornalismo’. Isso deve significar subversivo, mau, terrorista, racista etc. Se criticar Israel é anti-semitismo, o que é uma besteira, o que é criticar o Sr. Blair? É anti-anglo-saxão? Quer dizer, é uma situação ridícula, imatura, e não acho que

esse tipo de argumento funcione. Bem, pode funcionar aqui nos EUA por uma série de razões, mas fora daqui não vai durar muito tempo. É inaceitável.”

Alguns jornalistas israelenses sabem muito bem que Fisk não é anti-semita. Até o site do Independent Media Center de Israel publica seus textos. Um deles foi o contundente artigo sobre o 11 de setembro (“A terrível crueldade de um povo condenado”), ditado a Londres, por telefone, num vôo sobre o Atlântico enquanto as torres desmoronavam, logo após saber da notícia pelo piloto. Mas nos Estados Unidos – com respeitáveis exceções – não tem colher de chá para Fisk. O *Wall Street Journal* mal disfarçou o contentamento pelo ataque de afegãos revoltados que em dezembro quase o matou perto de Kandahar. Fisk saiu todo quebrado e sentiu dores por longo tempo, mas as seqüelas éticas sobraram para o *Journal*, o diário ferido de morte no caso Daniel Pearl.

Já Fisk mantém a serenidade. Condenar a brutalidade de Israel não significa que endosse mentiras. Num chat em novembro ele ouviu a absurda pergunta: é verdade que muitos judeus não foram trabalhar nas torres gêmeas em 11 de setembro, avisados pelo serviço secreto de Israel? Fisk respondeu: “Isso é mentira.

Infelizmente, tenho ouvido muito essa história no mundo árabe.” Sua defesa dos palestinos também não é incondicional: sempre acusou a Autoridade Palestina, ex-OLP, de corrupção e brutalidade – denunciou que 14 palestinos morreram sob tortura nas mãos da OLP – e considera Yasser Arafat um gendarme do Ocidente, trabalhando lado a lado com serviços

secretos diversos, inclusive a CIA. Lendo os artigos de Fisk sobre Arafat é que se entende por que sua liderança foi minada a ponto de acabar humilhantemente sitiado pelas forças israelenses.

Sua aversão à mídia americana é notória e persistentemente comentada. Ele noticiou o escândalo protagonizado pela revista *Newsweek*, por exemplo, que estampou uma “virtual fraude” na capa em que mostrou, sob a manchete “Terror global – Exclusivo: a rede internacional de Bin Laden”, a foto “assustadora” de um homem (cabeça e ombros), face coberta pelo xale árabe, segurando um rifle. “O leitor imaginou que se tratava de um integrante da rede ‘global’ de bin Laden. Mas fui atrás do fotógrafo finlandês que clicou a imagem. Ele a tirou num enterro na Faixa de Gaza. O homem pertencia à milícia palestina Tanzim – violenta o suficiente, mas nada tinha a ver com bin Laden.”

Por ter estado presente em tantos episódios dramáticos e quase sempre usar a primeira pessoa em suas matérias, Robert Fisk é acusado – especialmente nos EUA – de se colocar no centro da notícia

As moças saem correndo

Outro exemplo: o chefe da sucursal da CNN no Cairo, Ben Wedeman, foi baleado em novembro de 2000 num tiroteio em Gaza. “Esperei para ver como a emissora trataria a notícia. Tendo visitado o local em que Wedeman foi atingido nas costas, concluí que a bala só podia ter saído da posição em que estavam os soldados israelenses. O que aconteceu? A CNN noticiou que a ‘maioria das balas’ partiu dos israelenses, mas – segundo a patética declaração do porta-voz em Londres – a CNN não culparia ninguém ‘por enquanto’. A agência americana Associated Press noticiou depois – essa, sim, de matar – que Wedeman foi ‘apanhado no fogo cruzado’.”

Fisk ridiculariza ainda a prática da mídia americana – devidamente copiada pela imprensa tupiniquim – de manter correspondentes nas praças internacionais por curtos períodos, sob a alegação de que o repórter perde a objetividade ao criar raízes. “Isso é tão idiota que nem dá para comentar”, escarnece. “No Oriente Médio, por exemplo, o sujeito leva pelo menos três anos para começar a entender um mínimo da lógica do conflito. É justamente quando chamam o cara de volta.”

Bem, voltamos nós à pergunta lá do título – que só interessa a estudantes, uma vez que o profissional já se engajou. Por premissa, todo jornalista é engajado. E se engaja para ser jornalista. A grande, enorme maioria, embora finja imparcialidade e neutralidade, se alinha à empresa, que por sua vez é alinhada a seus próprios interesses, que se encaixam aqui e ali, em governos ou grupos. O engajamento à la Robert Fisk chama atenção e desperta ódios porque não flui com a corrente, não segue o consenso. Leva bola preta no clube dos “jornalistas de mercado”, expressão de Bernard Cassen para jornalistas de economia que pode muito bem ser adaptada a todos os campos. Marx explica.

A morte da ideologia foi declarada muitas vezes, mas a danada ressuscita a cada vez que a Casa Branca abre a boca. E fede, como se viu no episódio recente da Venezuela. Num livro chamado *Lições de Jornalismo 1* (Faculdade da Cidade Editora, Rio de Janeiro, 1998), Paulo Henrique Amorim disse:

“Uma coisa que me surpreendeu muito positivamente foi acompanhando o trabalho dos jornalistas de Brasília: constatei que hoje há menos politização dos repórteres. Acho que há uma distância, os repórteres estão menos militantes do que eram e estão sabendo jogar esse jogo muito bem [*o jogo em que políticos tentam manipular repórteres*] .”

O leitor responda: Paulo Henrique está certo? Você está feliz com as matérias dos repórteres “desengajados” de Brasília? José Roberto de Alencar, o repórter que sempre manteve distância segura tanto das fontes quanto das redações de Brasília, diz que matéria que moça bonita não lê não vale a pena escrever (*Sorte e*

arte, como foram feitas algumas reportagens que você leu, Edicon, São Paulo, 1993). Das matérias atuais de política, economia e internacional moça bonita sai correndo. E moça feia também.

“Eu jamais comi deste prato”

Mas ninguém resiste aos textos de Robert Fisk. O homem escreve bem à beça, seus lides são primorosos, cada parágrafo obriga o leitor a seguir adiante. E não se pense que o que pesa é a estética. A ética, a franqueza, sim, estão em cada informação, que ele destrincha doa a quem doer. Há alguns jornalistas dessa estirpe, e José Arbex Jr. é um deles. Ex-*Folha*, hoje independente, colaborador da revista (engajada) *Caros Amigos*, não temeu mencionar as conexões do narcotraficante panamenho Noriega com dirigentes cubanos em seu livro *Narcotráfico, um jogo de poder nas Américas* (Editora Moderna, São Paulo, 1993). Ele não é exceção. Nas eleições de 1989, redações inteiras de jornalistas eleitores do PT não hesitaram, pautadas pela ética, em noticiar denúncias contra Lula.

Não é só Marx que explica. Cláudio Abramo também. No livro obrigatório para (eternos) estudantes *A regra do jogo, o jornalismo e a ética do marceneiro* (Companhia das Letras, São Paulo, 1988), ele diz:

“Tenho muita dificuldade de trabalhar com gente de direita, porque a direita brasileira, como não é ideológica, é fisiológica, e acho muito difícil conviver com pessoas desonestas, não tenho muito jogo de cintura para isso. Acho mais simples e produtivo trabalhar com gente progressista, esquerdista. Desde que eles nos respeitem e ao jornal não tem problema, o sujeito não vai contrabandear matéria.”

Já jornalista “de direita”, como se tem visto à farta, faz contrabando numa boa. Nesse mesmo livro, no breve artigo “A burguesia submissa”, Abramo mostra os paradigmas da nossa imprensa “não-engajada”, “imparcial” e “neutra”:

“Essa burguesia nacional execrável desenvolveu toda uma cultura ancilar, dependente, conformista e submissa; basta ver o que dizem e escrevem alguns de nossos intelectuais, uns abertamente cooptados por dinheiro (dólares), outros, por desespero existencial.”

Quer mais? Num livrinho pequenino, malfeito mas precioso, chamado *Jornalistas pra quê? Os profissionais diante da ética* (coleção Cadernos de Jornalismo, edição do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro, Rio, 1989), a organizadora, a jornalista Sylvia Moretzsohn, então dirigente sindical, hoje professora de Jornalismo da UFF, faz introdução de vários textos sobre a fraude nas eleições estaduais de 1982 pela empresa Proconsult, aliada à TV Globo, em favor do candidato Moreira Franco. A maracutaia foi denunciada pelo jornalista Pery Cotta na Rádio Jornal do Brasil. O candidato Leonel Brizola acabou vencendo, mas essa

vergonha toda gerou uma crise inédita na categoria: mais de 200 profissionais da Globo, comandados por Armando Nogueira e Woyle Guimarães, ameaçaram romper com sua entidade de classe. Sylvia escreveu:

“Nós, jornalistas, sabemos melhor do que ninguém que a conquista da democracia passa pela liberdade de informar o público sobre os fatos relevantes, quer agradem ou não ao poder, ao sistema econômico, às empresas que exploram os meios de comunicação.”

Sylvia lamenta: a informação foi derrotada. Só quatro anos depois apareceria a verdade, contada em *O Nacional* pelo jornalista ex-Globo Luiz Carlos Cabral: o papel da Globo era preparar a opinião pública para o roubo de votos. O resto acontecia na sala de computação da emissora. Luiz Carlos, que tentou corrigir o desastre e por isso encarou bronca pessoal do doutor Roberto, lembrou o caso de Borjalo, que disse que só colaboraria com *O Nacional* se o jornal parasse de atacar Roberto Marinho. “Não vou cuspir no prato em que comi”, justificou. Luiz Carlos descobriu: “Eu jamais comi deste prato. Eu só o alimentei”.

Ao leitor, a decisão

Pergunta-se, a partir dos fatos contados por Sylvia Moretzsohn: que tipo de engajamento prefere o leitor? Evelyn Waugh (*Furo!*, Companhia das Letras, São Paulo, 1989) disse que notícia é o que quer ler um sujeito que não se interessa por coisa alguma. E até seu folgazão Mr. Boot cavou um furo de guerra. Por que cargas d'água então vai um repórter preferir noticiar mentiras?

No livrinho organizado por Sylvia, Antonio Serra, filósofo então desviado para o comando do curso de Jornalismo da UFF, joga pérolas que, esperamos, não se percam entre os porcos.

“Ser testemunha e pesquisador dos fatos humanos exige, no meio das contradições políticas, valorizar os feitos ‘tanto dos gregos como dos bárbaros’. E, para tanto, dispor-se a uma avaliação paradoxalmente *pessoal*, pois somente uma independência do sujeito poderá garantir a aproximação entre a Verdade e o Político, ou seja, a objetividade.

É neste sentido que o jornalista vive seu *risco*. Porque sabe que seu objeto, a Política, é multívoco e revestido de discursos, muitas vezes da mentira. E porque sabe que a Verdade raramente se oferece, nua e fulgurante, a seu olhar demasiadamente humano. Mas é então que ele pode perceber que sua *ação* como jornalista consiste justamente em fazer desta modesta ‘pesquisa’ uma oportunidade de recuperar, fugazmente que seja, a Verdade na Política. E a simplicidade deste *ato* – ‘dizer o que é’ – torna-se um momento vital e resplandecente para a experiência humana.

Afinal, foi desse papel, humilde, arriscado e um tanto solitário, que Heródoto se imbuíu: ‘Se eu devo exprimir uma opinião que me fará ser malvisto pela maioria das pessoas, desde o momento em que

ela apareça conforme a verdade, não hesitarei em fazê-lo! Meu dever é tornar conhecido o que se diz, mas isso não implica, em absoluto, que tal seja aquilo em que acredito! E isso é válido para toda a minha história.”

Não precisa mais. Aliás, precisa sim, porque faltou Mino Carta, o jornalista que só busca “servir honestamente o leitor, a despeito dos riscos da situação”. Ele diz: “Praticamos um jornalismo pretensioso e conivente, com raras e honrosas exceções, obedecendo à vontade dos patrões com submissão de escravo ou de jagunço” (*Castelo de âmbar*, Editora Record, São Paulo, 2000). Italiano ou britânico, jornalista independente é isso aí. O resto é a “tigrada”.

“Desafiar a autoridade é parte do trabalho de um jornalista”, diz Fisk. “E questionar os que a representam em tempos de guerra é um dever, ainda que difícil, na democracia.”

Capítulo III

11 de setembro, um ano depois



O 11-S não mudou o mundo. Apenas explicitou e encorpou crises e contradições que corriam em surdina. Quem não soube detectá-las, surpreendeu-se. Absolutamente novo é o conceito de beligerância estendido indiscriminadamente à população civil.

Mídia prefere Apocalipse

Alberto Dines

[11/9/2002 # <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/ter110920021.htm>]

Semanários, cadernos e programas especiais todos estão batendo na mesma tecla: o mundo mudou depois dos atentados em Nova York e Washington. Nada será como antes. Dia “D” da nova Era. Gênese, parte II.

Solução fácil e confortável, justifica omissões e descuidos anteriores, implanta o reino do catastrofismo e garante o sucesso das próximas calamidades. O sistema midiático não faz conspirações, age por instinto, coerente nos impulsos e respostas.

Prefere os paroxismos – custa menos e repercute mais. A História apresentada como um conjunto de espasmos torna-se imprevisível, o que dispensa a mídia de comportar-se como sensor de mudanças e radar de cataclismos.

Já a História, como um desenrolar contínuo em planos diversos e mesma direção, obriga as “testemunhas oculares” a estar mais atentas e vigilantes. Continuarão ocorrendo guinadas e surtos, mas o grau de surpresa será menor.

A Grande Bolha que se seguiu ao desabamento do muro de Berlim produziu, no dizer de Jean Baudrillard, uma “greve de acontecimentos” furada apenas pela Guerra do Golfo. Razão pela qual esta foi coberta na base de saturação para matar a fome e a sede das audiências por trepidações. Depois, o silêncio, a impressão de segurança, a balela do fim da História. Para Baudrillard, o ataque terrorista do ano passado foi o Acontecimento Absoluto que concentra acontecimentos que jamais tiveram lugar [Jean Baudrillard, *Le Monde*, 3/11/2001; edição portuguesa: “O Espírito do terrorismo” (Campo das Letras, Porto, 2002)].

História como desdobramento de situações *versus* História como sucessão de sobressaltos – esta é a questão. Historiadores acompanhados por jornalistas bem vividos enxergam os processos em curso, já os profissionais que apenas gostam do barulho do jornalismo preferem sobressaltos. Em outras palavras: voltamos a discutir imanência *versus* arbítrio, criacionismo *versus* evolucionismo.

A excitação apocalíptica dos últimos dias passou por cima de algumas premissas:

** A vulnerabilidade americana é anterior, desvendada pelo Unabomber e pelo atentado de Oklahoma.

** A recessão econômica já estava visível quando George W. Bush tomou posse – razão pela qual apelou para uma imediata baixa nos impostos.

** A fadiga da democracia americana ficou exposta na eleição, apuração e batalha judicial para garantir a posse de Bush *bin* Bush. Os arroubos repressivos depois dos atentados são ações ampliadas de um grupo político que usa a camuflagem democrática para esconder o vale-tudo que sempre praticou.

** A crise no braço financeiro do capitalismo selvagem não foi provocada pelo 11-S. As fraudes na Enron e na WorldCom não são acidentes, mas pontas de um iceberg que navega desguarnecido e impune há anos.

** O unilateralismo, o isolacionismo e o desprezo dos conservadores americanos pela comunidade internacional não começou no ano passado. Bush foi eleito com o apoio ostensivo dos grupos anti-ambientalistas, da indústria farmacêutica e tabaqueira.

** George W. Bush não caiu de pára-quadras. É filho de outro George Bush e irmão do governador da Flórida Jeb Bush, aninhado num dos centros mais peçonhentos do cenário político americano.

** Foi eleito porque os progressistas americanos foram insensíveis às diferenças entre ele e Al Gore.

** Bin Laden e al-Qaeda são vedetes recentes de um terrorismo islâmico em evolução constante e crescente desde o fim dos anos 1960. O fundamentalismo do Taliban distingue-se da revolução iraniana apenas no cenário – o Afeganistão sempre foi mais tribalista e primitivo do que a antiga Pérsia.

O 11-S não mudou o mundo. Apenas explicitou e encorpou crises e contradições que corriam em surdina. Quem não soube detectá-las, surpreendeu-se. Absolutamente novo é o conceito de beligerância estendido indiscriminadamente à população civil. A guerra iniciada pelo al-Qaeda opõe-se à própria essência do conflito bélico ao rasgar as convenções dos últimos milênios nas quais foi estabelecido que guerras são guerreadas por soldados (daí os uniformes diferenciadores).

Apesar do esforço para reacender as emoções dos impactos do ano passado – sobretudo contra as torres gêmeas – faltou dizer que o terrorismo só alcança seus objetivos quando aciona a mídia. Sem repercussão não há terror. Como diz Baudrillard, não há bom ou mau uso da mídia, ela faz parte do acontecimento.

Para não servir à selvageria só existe uma saída: antecipar-se ao horror. O Big Bang só assusta os desatentos.

As máquinas da guerra

Ulisses Capozzoli

[11/9/2002 # <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/ter110920022.htm>]

Francis Bacon (1561-1626), pai da ciência moderna, deixou escrito, em seu *Nova Atlântida*, obra que veio à luz no ano seguinte ao sua morte, que as sociedades que aprendessem a amar a ciência teriam descoberto o caminho da felicidade. Poderiam encontrar cura para todas as doenças, seus integrantes viveriam mais que os das sociedades não-científicas e poderiam desfrutar de máquinas impensáveis no século 17, capazes tanto de perfurar as nuvens como mergulhar sob as águas dos oceanos.

Contraponto a Atlântida mencionada por Platão em sua *República*, o escrito póstumo de Bacon, classificado como utopia, ao menos enquanto gênero, fez sucesso, em seguida, nas penas de Daniel Defoe e Jonathan Swift. Mesmo expressas em estilo despojado, as aproximadamente 30 páginas desse pequeno escrito são tidas, hoje, como um clássico da língua inglesa.

Bacon deixou à posteridade uma imagem controvertida. Seus simpatizantes vêem nele o exemplo de um homem que enxergou um futuro negado a seus contemporâneos, e não mediu esforços para que essas antecipações se tornassem realidade. Defensor do método experimental, morreu em meio a investigações sobre o frio e a putrefação. Encheu uma galinha de neve e observou como sua carcaça se comportava. Historiadores relatam que não resistiu à dureza do inverno, especialmente pelas saídas constantes destinadas a sustentar seu experimento. Morreu em 9 de abril de 1626, vítima de bronquite.

Os críticos desenham outra imagem de Bacon: um homem sem nenhum escrúpulo, sedento de poder, que não vacilou em acusar seu antigo protetor, o conde de Essex, condenado por traição e executado em 1601. Em *Esclarecimentos acerca de imputações relacionadas ao recém-falecido conde de Essex*, Bacon defendeu-se da acusação de traição e, com a habilidade de argumentação que nem seus desafetos lhe negaram, justificou que “um homem honesto prefere Deus a seu rei e seu rei a um amigo”.

Discordância é ousadia

O que diria Francis Bacon sobre o 11 de setembro, data que se tornou sinônimo de um acontecimento capaz de dividir o recém-inaugurado século 21 em um antes e um depois, assunto que consumiu rios de tinta e montanhas de papel de imprensa, sem falar em livros, filmes e toda uma parafernália de adereços típicos de uma sociedade que faz, mesmo das piores desgraças, um motivo para se ganhar dinheiro?

Na impossibilidade de uma resposta, o mais produtivo talvez seja refletir sobre o projeto baconiano de conquista da natureza pela ciência, exposto em outra obra, o *Novum Organum*, também um contraponto, neste caso o *Organon* de Aristóteles, e seu sonho de felicidade para as sociedades científicas.

Os Estados Unidos, apontados cotidianamente como a maior potência científica do planeta neste momento, são uma sociedade feliz e compartilham, de alguma forma, este bem-estar com a comunidade internacional?

A julgar pelas palavras de George W. Bush, desde o 11 de setembro passado, quando as torres gêmeas tombaram vítimas do atentado organizado por bin Laden, a resposta é negativa. Bush, desde então, não fez outra coisa senão falar de vingança e a caçar, literalmente, Osama bin Laden pelas terras tristemente ressecadas das áreas mais ermas do Afeganistão.

Homens, mulheres e crianças que sempre conheceram os horrores da guerra, mas certamente nunca compreenderam bem o significado da ciência, pagaram então um tributo de horror por esta sede de sangue. Festejos de casamentos acabaram em meio a entulhos produzidos por bombas. Caravanas foram reduzidas a montes disformes de carnes de homens e animais em ataques pelas máquinas que Bacon previa voando entre as nuvens. Bombas potencializadas pela otimização das reações químicas destruíram cidades, pessoas, animais, esperança e perspectiva de futuro. Só a desgraça e o sofrimento tiveram espaço para crescer.

É de se perguntar se seria minimamente justificável que homens, mulheres e crianças americanas sejam atingidos pela violência carregada por instrumentos desenvolvidos pela ciência. Se a resposta for negativa, como é de se esperar de quem tenha uma noção de humanidade, deve-se estender a pergunta ao Afeganistão, ao Iraque ou a qualquer outra das nações da Terra, onde líderes, impostos aos seus próprios povos, tenham ousado discordar do que pensa e avalia o presidente dos Estados Unidos.

Banho de sangue a evitar

Homens, mulheres e crianças destas terras já sofridas devem ser, mais uma vez, punidos pelo fogo dos instrumentos desenvolvidos pela ciência? As pessoas dessas outras partes do mundo são menos humanas para merecer um castigo assim?

Ao reagir à compreensível onda de indignação que se espalhou pelos Estados Unidos no dia do ataque e nas semanas e meses que se sucederam, intelectuais americanos como Noam Chomsky e Susan Sontag (esta, que nos últimos dias participou de debates no Brasil) foram fisicamente ameaçados e tachados de impatrióticos, quando apenas cumpriam o dever de formação: discutir os vários ângulos da questão, procurando uma resposta, a melhor resposta para os acontecimentos.

Um ano depois, uma decantação natural certamente fez com que um número maior de pessoas, mesmo nos Estados Unidos, se desse conta dos acontecimentos. A própria Sontag, com a crítica corrosiva que faz dela uma interlocutora nada fácil, disse no Rio de Janeiro, em outras palavras, respondendo a uma provocação do professor Cândido Mendes, que seu presidente pode ser pouco mais que um *cowboy* desencontrado no tempo, mas seu país não é formado por idiotas.

Quem visitou Nova York no pós-ataque e passou entre os despojos das torres gêmeas, mesmo meses depois, pôde sentir o impacto da destruição. Edifícios vizinhos ainda enegrecidos pelo fogo, cicatrizes do impacto de peças, colunas ou seja lá o que for que um dia foi parte de um avião ou de um escritório, grossas camadas de poeira ainda acomodadas sobre janelas que não foram mais abertas. Árvores arrancadas pelas raízes e tumbas, nos fundos de uma igreja próxima, com suas lápides calcinadas pelo fogo.

E pode haver muito mais.

Líderes árabes moderados previnem que um ataque ao Iraque é capaz de abrir as portas do inferno, numa metáfora sem exageros. Uma reedição amplificada do que foi a Guerra do Golfo, a batalha executada pelas máquinas da ciência, as máquinas voadoras de Bacon, guiadas pelos olhos eletrônicos e insensíveis dos satélites que orbitam muito além das nuvens, fora da atmosfera da Terra, dependendo da posição do Sol, confundindo-se com o brilho das estrelas.

Cabe à imprensa, aos jornalistas de todo o mundo, neste momento, advertir para os riscos que se mostram no horizonte. Deixar de lado a simpatia ideológica, a crítica fácil, quando não o puro cinismo, para tentar evitar, literalmente, um banho de sangue que não levará a nada, a não ser a mais e mais ódio.

*Homens, mulheres e crianças destas terras
já sofridas devem ser, mais uma vez, punidos pelo
fogo dos instrumentos desenvolvidos pela ciência?
As pessoas dessas outras partes do mundo são
menos humanas para merecer um castigo assim?*

Saddam, criatura dos EUA

Em 1995, no primeiro encontro das Nações Unidas sobre mudança climática, em Berlim, um especialista local fez longa preleção a um grupo de jornalistas latino-americanos. Falou sobre os efeitos da posição de cada país, particularmente os Estados Unidos e sua recusa já conhecida de reduzir as emissões de dióxido de carbono e outros gases do efeito-estufa, posição renovada no encontro que se encerrou no dia 4 na África do Sul, durante a Rio+10.

Na sala, um dos ouvintes argumentou que o conferencista não levava em conta os efeitos do terrorismo, como ingrediente capaz de alterar profundamente a receita que ele cozinhava para o futuro. O homem não se abalou. Disse que era um argumento pouco consistente. Talvez tenha mudado de idéia, com os acontecimentos do 11 de setembro.

O terrorismo não é, porque a violência não é, a melhor forma de se resolver litígios. Para isso, em escala internacional, existe diplomacia, pressão econômica e outras armas de coerção que não fazem vítimas inocentes. A brutalidade da guerra leva a um estágio em que a razão não faz mais sentido e os impulsos mais primitivos assomam e assumem os controles.

Como potência única do planeta, os Estados Unidos não têm se mostrado, na atual administração, dispostos a ceder em nenhum de seus interesses ao bem-estar comum. A recusa no controle do efeito-estufa é um exemplo claro dessa irreducibilidade que se estende aos mercados e às forças militares. Há um rufar crescente de tambores, com perspectiva de se chegar ao ápice em novembro.

Mas também há esperança. Líderes políticos consultados neste fim de semana que antecede o 11 de setembro, à exceção de Tony Blair, desaconselham com veemência um ataque a Bagdá.

Além disso, como argumentou Susan Sontag, os Estados Unidos não são, de forma alguma, um país de idiotas. As pessoas estão pensando, e essa é a melhor maneira de se resolverem os problemas.

Além disso, é de se esperar que os jornalistas cumpram com um mínimo de isenção o seu papel. O de prevenir para o custo, os riscos e a insanidade de uma nova guerra.

Até porque, antes de se deflagrar uma guerra contra o Iraque, é preciso responder quem criou, e com que objetivos, o truculento Saddam Hussein.

Caso de esquizofrenia noticiosa

Alberto Dines

[18/9/2002 # <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/iq180920021.htm>]

As edições dos jornalões nacionais de quinta-feira, 12/9/2002, merecem uma reflexão. Estavam todos preparados para oferecer ampla cobertura das solenidades do primeiro aniversário do massacre de Nova York e Washington (que marcou o início efetivo do novo século) quando no mesmo dia, 11/9, iniciou-se o motim no presídio Bangu 1 (embora menos sangrento, confirmou a insurreição do narcotráfico no Rio de Janeiro).

Como equilibrar duas coberturas igualmente marcantes? De que maneira é possível envolver o leitor simultaneamente na esfera local e mundial? Ou são excludentes?

Primeira constatação: a manufatura de nossos principais jornais é geralmente improvisada ou, quando não, rigidamente engessada. Não há meio termo.

A *Folha de S.Paulo* concentrou no alto da sua primeira página o noticiário sobre o motim no presídio de segurança máxima do Rio, preocupada com as suas implicações institucionais, políticas e eleitorais: “Beira-Mar elimina rivais em Bangu 1; medo pára bairros”.

O primeiro aniversário dos atentados terroristas nos EUA foi relegado à parte inferior da primeira. Já passou, não é novidade (mas no domingo anterior, quatro dias antes, o jornal jogou-se inteiramente na lembrança).

O *Estado de S.Paulo*, por vocação e tradição mais atento às questões internacionais, dedicou praticamente todo o alto da primeira página aos atentados e seus desdobramentos na conjuntura atual: “Bush: ‘Vamos vencer a guerra contra o terror’”.

Sobrou para a rebelião e o pânico no Rio um cantinho acima da dobra – para não irritar os leitores cariocas.

Já *O Globo* e o *Jornal do Brasil* seguiram o modelito de jornalismo local: escancararam o noticiário policial e relegaram a lembrança do terrorismo aos confins inferiores da primeira página.

Segunda constatação: ainda não desenvolvemos uma imprensa efetivamente nacional. Temos, sim, jornais regionais com alguma expressão além das áreas onde operam. Dos quatro jornalões nacionais, dois deles carregam o nome do estado de origem no título. Nada demais se a denominação fosse contornada por uma atitude ou vocação verdadeiramente federal (caso do *New York Times* ou mesmo do *Washington Post*). O

mesmo dá-se com os quatro semanários, ainda que não ostentem títulos geográficos: são eminentemente paulistanos.

Terceira constatação: apesar dos manuais, constantes redesenhos e custosas consultorias internacionais, nossos jornais só conseguem empenhar-se num assunto de cada vez. São unidirecionais. Devotos da segmentação. Racham a cabeça dos leitores com opções excludentes, como se um leitor preocupado com o poder paralelo do narcotráfico também não devesse preocupar-se com o novo estágio do terrorismo internacional.

Esta é a questão: na era da internet e da TV por satélite em que a massa de informações converte o leitor em seu próprio editor, nossos principais jornais não conseguem oferecer-lhe uma pauta equilibrada, polivalente, multidirecionada e uma visão ampla do que está acontecendo nos diferentes níveis de interesse.

Ao contrário dos meios eletrônicos que transcorrem na dimensão temporal e os assuntos rolam uns atrás dos outros, no jornal – espacial por natureza – os principais assuntos devem ser exibidos conjuntamente de modo a oferecer uma panorâmica do que aconteceu.

Ao contrário dos meios eletrônicos que transcorrem na dimensão temporal e os assuntos rolam uns atrás dos outros, no jornal – espacial por natureza – os principais assuntos devem ser exibidos conjuntamente de modo a oferecer uma panorâmica do que aconteceu.

Como isso exige muito senso de equilíbrio e capacidade de decisão, os nossos grandes tendem para a opção monobloco e monotemática com as indispensáveis apelações e ênfases. O sensacionalismo não é apenas um estilo imoderado de fazer jornalismo, é ao mesmo tempo a exibição de uma incapacidade de produzir nuances.

O pior da manifestação de esquizofrenia jornalística é que os dois assuntos aparentemente tão díspares e distantes são na realidade partes de um mesmo tema: o uso do terror na sociedade moderna.

O terror nosso de cada dia

Muniz Sodré

[25/12/2002 # <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/iq251220022.htm>]

Ainda está por surgir o tipo de texto jornalístico – notícia, reportagem, artigo, qualquer que seja o gênero – em que se exercite a aproximação entre fatos à primeira vista diversos e no entanto interligados por uma lógica de integração que se faz cada vez mais forte em nosso mundo globalizado. Assim é que, ao mesmo tempo em que leio *Power Inferno*, um opúsculo de Jean Baudrillard publicado em Paris [2002], deparo com relatos jornalísticos de acontecimentos brasileiros que podem tornar-se mais inteligíveis à luz da realidade estrangeira.

Baudrillard, bem o sabem Academia e jornalismo cultural, é um niilista contumaz, apenas dotado de uma lucidez intelectual que muitas vezes o leva à beira da profecia verificável. *Power Inferno* é obviamente um jogo de palavras com *Towering Inferno*, antigo filme-catástrofe sobre o incêndio num gigantesco edifício-torre. A partir do trocadilho, Baudrillard deleita-se com especulações sobre terrorismo e a desapareição catastrófica das torres gêmeas do World Trade Center, tida por ele como uma performance absoluta, um acontecimento simbólico maior, que aponta para a presença do apocalipse entre nós, “sob a forma de liquidação inexorável de toda civilização, talvez mesmo da espécie”.

Exagero? Paranoia? Bem, essa é a retórica costumeira do pensador pós-modernista. Sobretudo interessa a passagem em que ele, perguntando-se sobre a mensagem secreta dos terroristas, narra uma velha fábula de Nasreddin, o contrabandista. Todos os dias os guardas vêem-no atravessar a fronteira com mulas carregadas de sacos. Inspeccionam os sacos, mas nada encontram. E Nasreddin continua a passar a fronteira com suas mulas. Muito tempo depois, quando alguém lhe pergunta o que afinal contrabandeava, ele responde: mulas.

Assim, pode Baudrillard perguntar-se, por trás de todos os motivos aparentes do ato terrorista – religião, martírio, vingança ou estratégia –, qual é o verdadeiro objeto do “contrabando”. E responde: “É simplesmente, através do que nos aparece como um suicídio, a troca impossível da morte, o desafio ao sistema pela doação simbólica da morte, que se torna uma arma absoluta”. Mais adiante: “A hipótese soberana é que o terrorismo no fundo não tem sentido, não tem objetivo, e não se mede por suas conseqüências ‘reais’, políticas e históricas. E é paradoxalmente porque não tem sentido que se torna acontecimento num mundo cada vez mais saturado de sentido e de eficácia”.

Jornalismo comprometido

Resta agora saber o que tem tudo isso a ver com relatos de acontecimentos brasileiros. São fatos miúdos e grandes. Quanto aos primeiros, trata-se do recrudescimento, no espaço urbano do Rio e São Paulo, de uma delinqüência cada vez mais próxima da lógica do terror. Assim como para o terrorismo internacional o que parece estar em jogo é a ruína do sistema dominante por meio de uma estratégia de reversão do poder, na atual criminalidade brasileira, potencializada pelo tráfico de drogas, está em questão um desregramento interpretável como uma não-aceitação pura e simples do poder de Estado tal como hoje se constitui.

Diferentemente da velha delinqüência, cujo sentido era buscado na marginalização e na conquista de butins, a atual imiscui-se com setores ponderáveis do próprio Estado e da própria sociedade global, comprometida pela cumplicidade no narcoconsumo, e resvala em atos de forte carga simbólica.

Exemplos claros desses atos, no Rio de Janeiro, são os metralhamentos de prédios públicos, os ataques a patrulhas policiais em pleno perímetro urbano, os arrastões por bandos de dezenas de homens fortemente armados, os assassinatos gratuitos de cidadãos no instante do assalto etc.

A imprensa já não dá conta da variedade dos atos.

No final de semana pré-natalino, sabia-se em todo o bairro do Rio Comprido que o tráfico de drogas no Morro do Turano, ali localizado, estava acéfalo. Logo, tudo era virtualmente permitido nas ruas do bairro: a impunidade estava à solta e à espera de vítimas. Isto sabia a comunidade aterrorizada, mas não sabia, ou não soube, a mídia. Qual a “mensagem secreta”?

Talvez a de que o Estado não mais exista, para além da mera exação fiscal.

*Uma nova configuração social
demanda um novo tipo de jornalismo –
aquele capaz de flagrar e analisar o real-
histórico em sua integralidade. Senão, como
diz Jean Baudrillard, “a denegação da
realidade será, em si mesma, terrorista”.*

Por outro lado, há os fatos grandes: exposição pela imprensa de altas figuras do sistema comprometidas com a delinqüência. Vale qualificativo, porque são acontecimentos que lançam uma suspeição perigosa e grave sobre o núcleo funcional do Estado de direito. Estados menores da Federação vivem uma realidade mafializada, à beira da colombianização. Ao mesmo tempo, passa-se de um governo para outro, federal ou não, sem que a questão seja de fato encarada como prioritária e crucial.

Nesse quadro sombrio, parece-me de fato haver espaço para um tipo de texto jornalístico que ultrapasse o mero registro das ocorrências perturbadoras do cotidiano e passe a fazer as conexões locais e internacionais com fenômenos epidêmicos, como o da violência social com a sua nova face do terror. Uma nova configuração social demanda um novo tipo de jornalismo – aquele capaz de flagrar e analisar o real-histórico em sua integralidade. Senão, como diz o pensador pós-modernista, “a denegação da realidade será, em si mesma, terrorista”.

Capítulo IV

Bombas e manchetes



Precisamos de uma imprensa livre para ajudar a prevenir uma ruptura que pode ter desastrosas conseqüências ao aumentar o potencial das formas extremas de violência. Precisamos identificar as razões deste estado de coisas altamente emocional e, juntos, detê-lo. A mídia tem uma responsabilidade pedagógica. (Sérgio Vieira de Mello, Viena, 21/11/2002)

Sem repercussão o terror não aterroriza

Alberto Dines

[26/8/2003 # <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/iq260820031.htm>]

O terrorista não é apenas um narcisista, é um propagandista: precisa que falem dele e de seus atos. A sanguieira precisa ser exposta e badalada porque só assim promovem-se os seus pretextos.

O 11-Setembro é o exemplo maior do seqüestro da mídia pelo terrorismo internacional. O atentado foi cuidadosamente planejado para alcançar dois objetivos:

** matar o maior número de pessoas;

** produzir um espetáculo inesquecível.

Este *Observatório* mostrou na ocasião que o intervalo entre os dois choques contra as torres-gêmeas foi indispensável para que a mídia, alertada pelo primeiro impacto, estivesse pronta para cobrir o segundo. Assim, a mídia ocidental acabou produzindo o mais badalado comercial de todos os tempos para promover os valores opostos a uma mídia livre.

Os dois atentados sucessivos em Mumbai, na Índia, no domingo (24/8/2003), seguiram a mesma sanguinária lógica: um intervalo de cinco entre um e outro para ajudar a mídia a divulgar a mortífera exibição.

Ao contrário do que escreveu Umberto Eco depois do 11/9, a mídia não deve ser “prudente” na cobertura de acontecimentos. Não há como escamotear fatos nem abrandar dimensões – este é o suporte da sua legitimidade.

Qualquer sugestão para que se diminua o destaque ou se atenuem as dimensões de atos terroristas equivale a sugerir controles e censura. Impensável. Não esqueçamos que os censores militares brasileiros em setembro de 1973 sequer tentaram impedir que a mídia ignorasse a morte de Salvador Allende, queriam apenas que o assunto não chegasse às manchetes. Alguns jornais capitularam à “prudência”, outros inventaram formas distintas para destacar o episódio.

Devemos repelir qualquer insinuação para que a imprensa seja mais “responsável” ao noticiar atos terroristas. Mas precisamos incentivar a imprensa, como instituição moral, para resistir às seduções do relativismo “politicamente correto” e eticamente abjeto que finge lamentar o sangue derramado pelos terroristas enquanto cinicamente valida suas causas e métodos.

Não podem passar em brancas nuvens as manifestações de autoridades, políticos e de certa imprensa dita “independente” que, a propósito do brutal assassinato de Sérgio Vieira de Mello, aceitaram e consagraram a diabólica lógica dos fins que justificam os meios.

A cobertura de *CartaCapital*, longe de ser uma condenação ao estado das relações internacionais produzido pela inépcia de George W. Bush, é um inequívoco endosso ao terrorismo como tática e como idéia. Com o cadáver do Alto Comissário da ONU para Direitos Humanos sendo velado no Rio, insultou-se não apenas sua memória mas também suas idéias.

O brasileiro assassinado em Bagdá testemunhou na África, na ex-Iugoslávia e no Timor o poder mortífero das mensagens de rancor e do ressentimento politizado.

Convém não esquecer que a cobertura sensacionalista deste mesmo semanário impediu a libertação da senadora colombiana Ingrid Betancourt nas mãos das FARC conforme denunciou sua irmã Astrid, em entrevista ao *Globo* (1/8/2003, pág. 29).

O que nos leva ao show internacional pró-terrorismo na selva amazônica e do qual participaram os dois jornalões paulistas (*Estado e Folha*, domingo, 24/8/2003). As entrevistas com o nº 2 das FARC, Raúl Reyes, foram cuidadosamente preparadas pelos marqueteiros da organização para caracterizá-la e legitimá-la.

Ainda que a *Folha* designe as FARC como guerrilha-terrorista e o *Estadão* tenha formulado perguntas que irritaram o entrevistado, a tentativa de branqueamento do terrorismo ficou evidente:

****** quando, ao *Estado*, Reyes tentou desvincular as FARC do narcotráfico brasileiro e em especial de Fernando Beira-Mar;

****** quando, à *Folha*, ingenuamente, tentou comprovar a “ausência do Estado” no território onde foi armada a promoção.

No Complexo da Maré, no Rio, também verifica-se diariamente a tal “ausência do Estado” mas a ninguém ocorreria a insanidade de classificar o banditismo lá reinante como guerrilha. É narcoterrorismo.

O homem-bomba e o carro-bomba precisam da mídia – sem ela sua demência fica confinada, escondida, inútil. Sua demagogia é escrita com o sangue dos inocentes. O terrorista precisa explodir-se em notícias. Mas os compromissos morais e pedagógicos do jornalista não podem torná-lo refém da loucura e do descaso com a humanidade.

O jornalismo só pode ser exercido em ambientes democráticos. O terrorismo só é efetivo onde não existe democracia. Impossível conciliar a defesa dos direitos humanos com ações terroristas – o terror indiscriminado contra inocentes é um preito à morte, violência contra a vida.

Percebe-se no pronunciamento de Sérgio Vieira de Mello – que este *Observatório* publica em primeira mão – que ele reconhecia a importância do *media criticism* (crítica da mídia) na questão dos direitos humanos. Vale a pena recordá-lo, vale a pena respeitá-lo:

“Envolver a mídia no monitoramento de suas próprias atividades e no fornecimento de treino e recursos aos jornalistas para promover no seu trabalho, de forma simples e sábia, os direitos humanos e a liberdade”.

Não foi preciso inventar um grande homem

Luiz Weis

[26/8/2003 # <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/iq260820032.htm>]

Foi necessário que um ato terrorista em Bagdá matasse o Alto Comissário das Nações Unidas para Direitos Humanos, Sérgio Vieira de Mello, para que incontáveis milhões de brasileiros ou tomassem conhecimento do seu nome ou fossem apresentados à trajetória e aos atributos dessa admirável figura.

Foi também uma raríssima ocasião em que a mídia não precisou exagerar as qualidades nem esconder os defeitos do morto, nesse país em que, como os militares promovidos a um degrau acima do que se encontravam, ao se aposentar, os falecidos ilustres – *cadaveri eccellenti*, dizem os italianos – são mostrados de modo a subir no conceito dos vivos.

O que se leu, viu e ouviu agora há pouco sobre o finado dono do império Globo, Roberto Marinho, é um parâmetro que se não existisse deveria ser inventado para a forma como são alçados os mortos poderosos por uma imprensa que não faz idéia do que signifique o substantivo iconoclastia e, nessas horas, costuma manter uma prudente distância de certos chamados públicos e notórios.

É claro que os notáveis de que a imprensa tem por obrigação se ocupar não a deixam só, alimentando-a com as suas reações invertebradas à notícia do falecimento do figurão. No caso de Roberto Marinho, não se pode esquecer, o exemplo veio de cima.

A biografia do presidente Lula foi a primeira vítima do que ele disse e fez em relação àquele que provavelmente o impediu de se eleger em 1989, com a histórica edição facciosa do seu debate com Fernando Collor exibida no *Jornal Nacional* às vésperas do segundo turno das eleições presidenciais daquele ano.

Por tudo isso, impossível subestimar o contraste com o que se leu, viu e ouviu nos últimos dias sobre Sérgio Vieira de Mello. O noticiário e as manifestações dos poderosos a seu respeito estiveram à altura da verdade. (Nisso incluído a oportuna sugestão de Fernando Henrique Cardoso, em telegrama a Lula, de que o governo brasileiro patrocine a candidatura póstuma de Vieira de Mello a Prêmio Nobel da Paz.)

E o melhor, diante dessa tragédia, é que ao se referir a ele e ao orgulho nacional pelas realizações desse Pelé da Seleção do Bem ninguém precisou dar o vexame da patriotada. O que escreveram ou disseram jornalistas, autoridades e colegas de trabalho estrangeiros não foi superado por nada dito ou escrito aqui.

E não faltou quem, no exterior, ligasse as atraentes características de personalidade de Vieira de Mello que tanto o ajudaram em suas missões, do Kosovo a Timor Leste, ao fato de ele ter nascido no Brasil – ou melhor, no Rio.

“Diplomata”?

Nos dias seguintes à sua morte, *O Estado de S. Paulo*, por exemplo, transcreveu um editorial do *New York Times* que chama Vieira de Mello de “construtor de nações”; um artigo do jornalista Jonathan Steele, do *Guardian*, que endossa uma definição que ele ouviu sobre o brasileiro como “o melhor servidor público do mundo”; e um artigo, saído no *Washington Post*, de Richard Hollbrooke, embaixador dos Estados Unidos junto à ONU no governo Clinton, comentando a lucidez de Vieira de Mello sobre a “aventura desastrosa” de Bush no Iraque, como o próprio *Estadão* classificou em editorial.

Este leitor só não entende uma coisa: por que todo mundo aqui deu de dar a Sérgio Vieira de Mello uma profissão que jamais teve?

“Diplomata” esse exemplar funcionário das Nações Unidas nunca foi. Diplomata é o servidor de carreira típica de Estado, do ministério, secretaria, departamento ou que nome tenha a agência que cuida dos interesses do país com outros países ou o representa em organizações multilaterais.

Diplomatas na ONU são os integrantes das missões permanentes dos países membros junto ao organismo. E diplomata foi o pai de Vieira de Mello, cassado pelo AI-5. Por isso, o filho não quis nada com o Itamaraty. Ao morrer, ele era representante especial da ONU no Iraque.

A responsabilidade pedagógica da mídia

Sérgio Vieira de Mello

[26/8/2003 # <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/iq260820033.htm>]

Pronunciamento de Sérgio Vieira de Mello (em 21/11/2002), então à frente do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, no seminário “Visões para o futuro das comunicações”, realizado em Viena, de 20 a 24 de novembro de 2002, por ocasião do décimo aniversário da instalação do centro de operações do International Press Institute – uma rede mundial de editores, executivos de mídia e jornalistas de prestígio dedicada à liberdade de imprensa e ao aperfeiçoamento dos padrões e das práticas do jornalismo

Sr. presidente, diretores e integrantes dos comitês nacionais do International Press Institute (IPI),
representantes das organizações pela liberdade de imprensa, senhoras e senhores.

Sinto-me honrado em lhes falar esta noite por ocasião do 10º aniversário da sede em Viena do International Press Institute. Começo parabenizando o International Press Institute e todos os seus componentes por esta ocasião. Agradeço ao Ministério do Exterior da Áustria por patrocinar esta noite. Sei que a chanceler, Sra. Benita Ferrero-Waldner, falará a vocês amanhã, e esse discurso, como o de boas-vindas proferido hoje pelo presidente da Áustria, Sr. Thomas Klestil, simboliza a importância dada à liberdade de opinião e da mídia pelas autoridades e o povo austríacos.

Quando os escritórios do IPI no Spiegelgasse abriram as portas em 1992, muitos de nós estávamos ainda cheios da esperança e do otimismo nascidos com a queda do Muro de Berlim. Uma onda de liberdade parecia varrer partes do mundo que até então conheciam apenas a repressão. Em maio de 1991, por exemplo, jornalistas africanos se reuniram na capital da Namíbia, Windhoek, para um seminário regional de promoção da mídia independente e pluralista [*em alusão ao encontro, 3 de maio passou a ser o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa*]. A Declaração de Windhoek tornou-se o primeiro de uma série de compromissos,

região por região, de apoio à liberdade das pessoas em toda parte de proclamarem sua opinião e terem acesso a uma variedade de fontes independentes de informação.

E, de fato, na década passada a imprensa em muitos países ficou mais independente e pluralista. As transmissões de rádio e TV têm sido liberalizadas. Jornalistas e outros trabalhadores de mídia ficaram mais profissionais. E, graças à internet, mais e mais pessoas ganharam acesso direto aos meios de comunicação de massa. Essas mudanças têm ajudado a estabelecer e a fortalecer a democracia em muitos países, permitindo aos cidadãos que façam escolhas com informação, portanto responsáveis, e que tomem parte nas decisões que moldarão suas próprias vidas e o futuro de seus países.

“Argumento da necessidade”

As aspirações por um mundo mais livre, mais justo que muitos de nós guardamos no coração surgiram a pouca distância daqui, na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos de 1993. O consenso entre países muito díspares tanto sobre a suprema importância dos direitos humanos quanto sobre sua universalidade e indivisibilidade teria sido impensável apenas poucos anos antes da conferência. Impulsionada pelos ventos da mudança, a assembléia, que criou o posto que tenho hoje o privilégio de ocupar, clamou pelo fortalecimento do império da lei, da regência da justiça e da real e efetiva participação dos povos nos processos decisórios que afetam seu destino. Os líderes mundiais em Viena consideraram a promoção da liberdade de expressão tão importante quanto as demais.

Infelizmente, muitas de nossas esperanças esbarraram na realidade: vastas áreas do mundo mergulharam em conflitos ainda mais complexos, e a mordaza e a repressão apenas mudaram de face e de forma. Os jornalistas e a mídia, entre os beneficiários legais do mais alto nível de respeito aos direitos humanos de que deveríamos usufruir no fim da Guerra Fria, têm freqüentemente encabeçado as listas de vítimas de abuso na última década. Um olhar sobre o “Death Watch” do IPI em qualquer semana é um sóbrio lembrete de que a mídia com muita freqüência paga o preço final por corajosamente fazer seu trabalho, como testemunhei em muitas de minhas missões, inclusive, recentemente, com a perda de um amigo cinegrafista no Afeganistão.

No escritório do Alto Comissariado, temos mantido nossas próprias estatísticas, deprimentes. Fornecemos o apoio essencial ao Relator Especial para a Liberdade de Opinião e Expressão da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, atualmente Ambeyi Ligabo, que informa anualmente a situação mundial. O Sr. Ligabo sucedeu Abid Hussain, que em seu último informe antes de deixar o posto observou que o número de queixas anuais continua a aumentar. Em 2001, por exemplo, ele recebeu 1.900 comunicações (aumento superior a 10% em comparação ao ano anterior). No mesmo ano ele enviou 124 “apelos urgentes” em favor de indivíduos em risco iminente de abuso ou que tinham sido vítimas de desrespeito aos direitos humanos.

A maioria dos casos levados ao Relator Especial e ao meu escritório está relacionada a violações e ações contra profissionais de mídia. Parte do problema é a impunidade que de que gozam os infratores.

Freqüentemente, a segurança nacional e o “argumento da necessidade” são usados pelas autoridades em muitos países para silenciar e/ou suprimir a mídia independente. Forças hostis e irregulares também visam os jornalistas, como ocorre com as equipes da ONU que denunciam seu comportamento.

Códigos de conduta

Gostaria de deter-me por um momento nas possíveis conseqüências da reação aos ataques terroristas para a liberdade de opinião e de expressão. Ainda que na ordem do dia na seqüência dos terríveis ataques terroristas nos Estados Unidos, no ano passado, na Indonésia e da Federação Russa mais recentemente, a questão sempre foi um dos principais focos do sistema de direitos humanos da ONU. Embora todos reconheçamos o dever dos Estados de proteger-se e a seus povos, se necessário com medidas excepcionais, em alguns casos tais medidas podem resultar numa quebra dos mais fundamentais direitos humanos. Elas podem levar à negação dos princípios pelos quais lutamos tão arduamente, como as sociedades livres com acesso à plena liberdade de expressão e ao direito de divergir. É particularmente importante então que os Estados considerem as implicações nos direitos humanos de qualquer passo que dêem em resposta a esta ameaça; que os direitos humanos estejam no centro de tal resposta, particularmente a liberdade de informação.

Responder ao terror retrocedendo nos direitos humanos arduamente conquistados é entregar a vitória aos terroristas. Não menos perigoso em tal visão é que quando países democráticos empregam atividades que atingem os direitos humanos estão incentivando regimes menos abertos de governo. Em nível internacional, o peso do exemplo, especialmente o de caráter negativo, não deve ser subestimado. As sociedades livres têm portanto uma dupla responsabilidade: proteger os direitos de seus cidadãos e não oferecer comparações fáceis ou pretextos baratos aos que tendem ao abuso de autoridade.

Outra feia conseqüência dos ataques foi a facilidade com que parte da mídia tratou certas crenças, países ou comunidades, com desrespeito, usando perigosas generalizações e estereótipos. Esta tendência, a par do assédio e da violência contra seguidores do Islã, continua a causar profunda preocupação. Felizmente, os casos de mídias canalizando discursos preconceituosos e espalhando animosidade foram exceção, compensados pela cobertura equilibrada e sensível da maioria dos veículos. Precisamos de uma imprensa livre para ajudar a prevenir uma ruptura que pode ter desastrosas conseqüências ao aumentar o potencial das formas extremas de violência. Precisamos identificar as razões deste estado de coisas altamente emocional e, juntos, detê-lo. A mídia tem uma responsabilidade pedagógica.

Isso me leva a outra questão delicada, motivo de tensão e violência, ou seja, o equilíbrio entre os imperativos da liberdade de expressão e a necessidade de conter o discurso do ódio e a incitação ao ódio, particularmente racial, étnico ou religioso. Sei que o IPI manifestou preocupação sobre propostas apresentadas durante os preparativos da Conferência Mundial contra o Racismo no ano passado. A linguagem da minuta criticada pelo IPI, que não foi mantida no documento final, teria estimulado os governos a estabelecer organismos de consulta nacional para monitorar, mediar e auxiliar na preparação de códigos de conduta. A maioria dos delegados da conferência concordou com o IPI, em que as propostas poderiam levar a restrições à independência da mídia e ser usadas em alguns países para reprimir formas de expressão que seriam consideradas legítimas em outros.

Compromisso renovado

Concordo com vocês em que o direito à liberdade de expressão deva permanecer íntegro, e em que esteja longe disso. O Relator Especial declarou que a ênfase em restrições ao direito à liberdade de opinião e de expressão ocorre em todo o mundo. O escopo de proteção no artigo 19 do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos [*de 1966, só assinado pelo Brasil em 1992*] é abrangente e, em geral, a proteção da liberdade é a regra, e sua restrição deveria ser a exceção.

Entretanto, como repete a mídia diariamente em sua cobertura, com o poder vem a responsabilidade. O Pacto também permite que a liberdade de expressão seja limitada se o exercício deste direito resulta na ruptura do direito de outrem. Especificamente, o Pacto determina que os Estados podem interferir na liberdade de expressão proibindo propaganda da guerra e defesa de ódio racial.

Não faltam exemplos de mau uso da mídia no estímulo ao ódio e ao fanatismo. Ruanda, a antiga Iugoslávia ou a retórica talibã vêm logo à mente. É um problema persistente, presente em várias regiões do mundo. Vimos recentemente um fenômeno semelhante na Costa do Marfim. Há obrigações legais internacionais, aceitas pela maioria dos Estados, que proíbem incitação ao ódio racial, religioso e étnico – não só anti-semitismo –, e é preciso aderir a elas. O Tribunal Penal Internacional também deveria funcionar como instância dissuasiva e como cão de guarda, pois tais práticas estarão sob sua jurisdição.

Sou de opinião que é preferível envolver a mídia no monitoramento de suas próprias atividades e no fornecimento de treino e recursos aos jornalistas para promover no seu trabalho, de forma simples e sábia, os direitos humanos e a liberdade; e também ajudem os cidadãos a participar plena e produtivamente de suas sociedades. Meu escritório está à disposição para cooperar de todas as maneiras possíveis nestes esforços. Na verdade, em alguns dias estaremos discutindo algumas destas questões num seminário que promoveremos sobre a interdependência entre democracia e direitos humanos. Um dos temas principais do

encontro será “A mídia nas democracias: papel, responsabilidades e os direitos humanos”. Não é um tema novo, mas que devemos revisitar, de tempos em tempos, com lucidez, vigilância e compromisso renovado.

Senhoras e senhores, votos de feliz 10º aniversário ao IPI em Viena e sucesso continuado em sua tarefa vital.
[Tradução: Marinilda Carvalho]

A paz, o jornalismo e a violência

Ulisses Capozzoli

[18/11/2003 # <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/ofjor/ofc181120031.htm>]

Em 7 de abril passado um tanque anfíbio que atravessava uma ponte no Iraque foi atacado e destruído. Entre seus tripulantes estava Andrew Aviles, um garoto que completaria 19 anos em duas semanas e tinha concluído seus planos de voltar para casa, encontrar os amigos e discutir a aventura que havia sido sua curta permanência no Oriente.

Nas cartas que enviou durante o tempo em que esteve em ação, Aviles mostrou estilo e humor, ao falar de um local “cheio de praias, sem uma gota d água”.

A família de Aviles e seus amigos conhecem poucos detalhes da morte desse garoto e quase tudo sobre sua vida curta está na edição de setembro do *FloridaState Times*, jornal de um único caderno de 16 páginas em papel couchê espesso distribuído a alunos, amigos e ex-alunos da escola em que estudou.

Aviles não é o único morto dessa guerra.

Há um outro menino que ficou grotescamente reduzido ao seu próprio tronco nas primeiras explosões das bombas inteligentes em Bagdá, o berço da civilização.

Havia ao menos, no início da guerra, um grupo de adolescentes que, numa conversa com um repórter de TV brasileiro, abriram um enorme sorriso e comentaram juntos: “Ronardinho”, quando souberam a nacionalidade do jornalista.

Houve uma multidão de outras crianças, jovens adultos, gente de meia idade e velhos tragados pela guerra sem que ninguém, além do círculo de amigos e outros sobreviventes, conheça o destino trágico que encontraram.

Já chega a quase 500 o número de mortos entre os militares americanos. Muitos, jovens como Aviles. As vítimas entre os iraquianos são ainda maiores e indefinidas.

Quem contará os mortos com o rigor alardeado pelas estatísticas, quando a preocupação maior é garantir a própria sobrevivência?

“Custo-benefício”

Na entrevista das páginas amarelas da edição de *Veja* (nº 1.829, 19/11/2003), Jessica Stern, autora de *Terror in the Name of God* (Terror em nome de Deus), identificada pela revista como “especialista em armas de destruição de massa e terrorismo”, dá mostras de que a violência não tem data para arrefecer.

Aos 45 anos, segundo *Veja*, Stern talvez seja muito jovem para ocupar os cargos e funções que lhe são atribuídos, como assessorar o governo russo numa política capaz de inibir o contrabando de armas nucleares, químicas ou biológicas.

A fala de Stern, ao longo das três páginas de perguntas e respostas, alterna, à moda de Nelson Rodrigues, o óbvio e o ululante.

A especialista americana, pesquisadora de Harvard, ao final de quatro anos de pesquisa chegou à conclusão de que “o ressentimento em relação à chamada nova ordem mundial – ou seja, todos se consideram excluídos do processo de globalização econômica” é o principal foco de justificação terrorista.

Não deixa de ser verdade, ainda que a explicação de Stern, evidentemente, não dê conta do sentido que a palavra “globalização” ganhou nos últimos anos.

A jovem especialista a que *Veja* recorreu para sintetizar os atos de violência neste início de século justifica tudo por razões de mercado. É o raciocínio que faz, por exemplo, ao explicar por que grupos terroristas islâmicos preferem atentados suicidas.

A resposta dela é que “em termos de custo-benefício são [os atentados] mais vantajosos economicamente para a organização terrorista. Num atentado suicida não é necessário planejar a rota de fuga, detalhe que evita a possibilidade de baixas entre os outros integrantes do bando”.

Outras respostas, no estilo politicamente correto, vão na mesma direção.

Primeiro encontro

Ninguém emocionalmente sadio justifica o emprego da brutalidade contra humanos ou qualquer outro ser vivo. Por isso mesmo é absolutamente inaceitável a política de terra arrasada que Israel vem praticando no Oriente Médio. Daí a atitude corajosa de pilotos israelenses que têm se recusado a fazer bombardeios de agrupamentos humanos. Ou de grupos esclarecidos de Israel para quem só a paz traz alguma chance para ambos os lados em conflito.

A ação e reação de grupos terroristas está bem além do horizonte demarcado por Stern no tipo de cobertura esterilizante em que *Veja* vem se especializando com habilidade incomparável no jornalismo brasileiro.

Certamente que seria mais produtivo recorrer a um nome respeitado da ciência para discutir, nas páginas amarelas, o que a comunidade científica internacional tem a dizer sobre o estilo atual de se fazer guerra e estimular o terrorismo.

O Movimento Pugwash não foi capaz de cumprir a agenda de realizações sonhadas por Albert Einstein ou Bertrand Russel. Mas, ainda assim, historiadores entendem que foi um acontecimento fundamental para conseguir controle sobre uma situação crítica – os testes a céu aberto de artefatos nucleares.

Há um precedente histórico importante neste sentido, de que participaram dois dos grandes nomes da ciência do século passado: Bertrand Russel e Albert Einstein. A resistência pacifista de que Russel e Einstein participaram ficou conhecido como Movimento Pugwash.

O que começou como Conferência Pugwash reuniu cientistas de diferentes países para discutir, inicialmente na cidade que deu nome ao encontro (na Nova Escócia, Canadá), as armas nucleares recém-utilizadas para selar o fim da Segunda Guerra Mundial e as preocupações com a segurança internacional.

As bombas sobre Hiroshima e Nagasaki haviam calcinado as esperanças que renasciam com o fim do nazismo.

O primeiro encontro da conferência se deu em julho de 1957, quando também acontecia o Ano Geofísico Internacional (AGI), um esforço internacional para a compreensão dos mecanismos que regulam a vida na Terra.

Essa primeira reunião do Movimento Pugwash foi patrocinada pelo filantropo canadense-americano Cyrus Stephen Eaton, industrial que, arruinado pela Grande Depressão dos anos 1930, posteriormente recuperou a fortuna dividindo suas atividades nas áreas de seguro industrial, bancos e estradas de ferro.

O encontro foi uma resposta ao apelos de Bertrand Russel, Frédéric Joliot (químico francês marido de Irène Curie, com quem recebeu o Prêmio Nobel de Química de 1935) e Albert Einstein.

Nas ruas

Ao reunir personalidades de todo o mundo, o objetivo central do Movimento Pugwash era reduzir os armamentos, desestimular uma corrida armamentista provocada pela bomba atômica e examinar a responsabilidade social dos cientistas em torno de problemas mundiais como crescimento econômico, crescimento populacional e destruição ambiental.

Como se vê, uma pauta ainda não inteiramente executada.

O Movimento Pugwash certamente não foi capaz de cumprir a agenda de realizações sonhadas por Einstein ou Russel. Mas, ainda assim, historiadores entendem que foi um acontecimento fundamental para conseguir um controle sobre uma situação crítica envolvendo não só a produção, mas também os testes, a céu aberto, de novos artefatos nucleares.

Alguém pode dizer que a violência não está só lá fora e que o assassinato frio de um casal de jovens namorados na periferia de São Paulo também exige providências imediatas.

É verdade.

Mas providências imediatas certamente não podem ser tomadas como puro imediatismo.

A comunidade científica, tanto nacional quanto internacional, deve assumir a responsabilidade social que lhe é inerente. É necessária uma profunda interação com as demais instâncias da sociedade.

A universidade e a produção do conhecimento científico não são algo que se acredite à parte do corpo social.

Russel e Einstein criaram o Movimento Pugwash. É preciso que recriemos iniciativas semelhantes. E o jornalismo, como no passado, tem uma responsabilidade social tão grande quanto a dos cientistas nesse desafio.

No caso do jornalismo, o primeiro passo para um trabalho digno é não escamotear a pauta. É preciso tratar os assuntos com a seriedade que exigem. Em todas as redações existem ótimos repórteres, desejosos de

fazer um bom trabalho. Mas para que possam fazer isso é preciso que seus editores tenham coragem de encarar os desafios.

O bom jornalismo não é feito dentro das redações, como quis fazer acreditar um modelo literalmente modulado, criação da *Folha de S. Paulo*, a partir da segunda metade dos anos 1980.

O bom jornalismo nasce nas ruas. No sentido amplo dessa expressão.

Capítulo V

Do 11-S ao 11-M



Nos quatro dias que se seguiram ao horror, e no dia de uma eleição importante, o primeiro-ministro José Maria Aznar tinha motivo suficiente para atribuir à ETA a autoria dos atentados em Madri, sem admitir a possibilidade de uma reação da al-Qaeda à sua decisão de jogar a Espanha na guerra contra o Iraque.

Mídia cúmplice de Aznar

Luiz Carlos Ramos

[16/3/2004 # <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=268TER003>]

A tão decantada imprensa moderna da Espanha pós-Franco – quem diria? – pisou na bola. Até o excelente *El País*, tido como um dos melhores jornais do mundo, deixou-se levar pelo banho de sangue dos atentados de 11 de Março, em Madri, e cometeu um erro semelhante ao de seus concorrentes de Madri, Barcelona, Valencia e outros centros importantes.

Ingenuidade ou má-fé, não importa. A verdade é que, logo após os ataques terroristas aos trens de subúrbio que se dirigiam às estações de Atocha, Santa Eugenia e El Pozo, os diários circularam edições extras em que se apressavam a endossar do discurso do presidente de governo, o conservador Jose Maria Aznar, do Partido Popular (PP), a três dias das eleições gerais de domingo passado, culpando a organização separatista basca ETA pela carnificina.

Aznar tinha motivos para atribuir o crime à ETA, em vez de admitir a possibilidade de ter sido uma reação da al-Qaeda à sua decisão de jogar a Espanha na guerra contra o Iraque ao lado dos Estados Unidos de George W. Bush, do Reino Unido de Tony Blair e da Itália de Silvio Berlusconi.

A imprensa de um país evoluído, porém, não poderia ter caído nessa armadilha. Só na manhã de domingo (14/3), dia das eleições, é que os jornais viraram o jogo, noticiando a prisão de três marroquinos suspeitos e a divulgação de uma fita atribuída a um porta-voz da al-Qaeda, segundo o qual aquela organização árabe havia mesmo atacado Madri em reação à política de Aznar de alinhamento ao expansionismo belicista de Bush.

As emissoras de TV foram ainda mais levianas. Justifica-se: os dois principais canais de TV do país são da TV de España, emissora estatal e, portanto, vinculada diretamente aos donos do poder de plantão.

Os canais privados lembram o estilo Sílvio Santos, mais identificados com linha pão e circo do que com o jornalismo. Assim, os telespectadores puderam saber que o Real Madrid empatou com o Zaragoza por um gol no sábado, ficaram conhecendo as últimas fofocas sobre artistas, viram desenhos animados e filmes, acompanharam a repetição de cenas de socorro e enterros das vítimas do terrorismo, mas não tiveram praticamente acesso algum a informações mais concretas sobre as investigações em busca dos culpados.

Ora... se as marchas de protesto convocadas por Aznar levaram 2,3 milhões de pessoas às ruas de Madri, e um total de 11 milhões em todas as cidades da Espanha, com seguidos gritos de promessa de punição contra os assassinos, onde estariam e quais seriam aqueles assassinos?

Novos jornais

Quando estive na Espanha pela primeira vez, em 1973, encontrei um país atrasado em relação a outras nações da Europa. E não poderia ser diferente: a influência da longa ditadura de Francisco Franco Bahamonde (1892-1975), que durou de 1939 a 1975, se fazia sentir em todos os setores, entre os quais a imprensa. Alguns jornais, como o diário conservador *ABC*, não passavam de boletins oficiais de Franco.

A morte do ditador e o posterior Pacto de Moncloa levaram a Espanha a um curioso sistema de monarquia democrática, com um rei respeitado, Juan Carlos I, e com um primeiro-ministro – ou presidente de governo – escolhido por meio de deputados eleitos pelo povo.

Essa mudança não só possibilitou, mais tarde, a entrada da Espanha na União Européia como garantiu uma enorme evolução social, cultural e econômica do país. Surgiram jornais novos, como o respeitado *El País*, que tem edições em várias regiões, e outras publicações começaram a mudar.

Em março deste já complicado 2004, fiz minha viagem número 12 à Espanha. O plano era escrever uma reportagem sobre o potencial turístico do país para o caderno “Viagem” do jornal em que trabalho, *O Estado de S. Paulo*. Mas, diante dos atentados de M-11, acabei assumindo a cobertura do terrorismo e das eleições para o *Estado*, Agência Estado e Rádio Eldorado.

Papel ingênuo

Assim como o 11 de Setembro, o 11 de Março foi manchete no mundo inteiro. Na Espanha, a violência provocou verdadeiro trauma, que afetou inicialmente a capacidade de os jornais de Madri e de outras cidades apresentarem os fatos com o devido equilíbrio.

Insisto: influência só do trauma ou vontade de forçar a barra em favor do partido de José Maria Aznar? De qualquer forma, um erro brutal. A imprensa julgou. E julgou mal.

El País tentou se redimir na edição de domingo (14/3), dando como manchete de primeira página “Todos os indícios apontam a Al Qaeda” – assim como o título secundário “Espanha vota sob a síndrome do pior atentado de sua história”.

Numa das páginas internas, a ombudsman do jornal, Malén Aznarez, explica que *El País* bancou a tese sobre o ETA na edição de quinta-feira porque confiou numa ligação telefônica de José Maria Aznar para o diretor de Redação, em que aquele garantia haver culpa do movimento basco nos ataques do 11 de Março madrilenho.

Caberia a Aznar, como político, usar o estilo típico da maioria dos políticos: manipular a informação de acordo com seus interesses. Mas a moderna imprensa espanhola não poderia ter assumido esse papel ingênuo – ou venal. É verdade que no domingo das eleições o povo espanhol deu um exemplo de comportamento evoluído. No entanto, às vezes, uma viagem à Europa é necessária para a gente perceber que o Brasil, apesar dos marqueteiros e das promessas inexecutáveis de políticos, não é tão ruim assim.

Neste domingo, 14/3, às 22h, foi anunciada a vitória do Partido Socialista Obrero Espanhol (PSOE) nas eleições espanholas, e a queda do Partido Popular de Aznar.

O que se esconde sob uma cobertura

Luciano Martins Costa

[16/3/2004 # <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=268TER001>]

Há momentos em que fazer bom jornalismo não basta. Momentos em que a linearidade e correção comprometem a missão do jornalismo, e em que somente com a ruptura de paradigmas se consegue realmente interpretar a realidade em seu ponto de mutação. São raros esses momentos, e é preciso que os jornalistas estejam preparados para lhes dar o tratamento incomum que eles exigem.

Foi assim em 1969, quando o jornalista Seymour Hersh conseguiu retirar o véu sobre os fatos ocorridos na aldeia vietnamita de My Lai, onde a unidade do exército americano denominada Companhia Charlie, sob o comando do ensandecido tenente William Calley Jr., havia, no ano anterior, massacrado 300 civis, na maioria mulheres, crianças e velhos desarmados.

Também foi assim em 1972, quando os editores do *Washington Post* resolveram apoiar Bob Woodward e Carl Bernstein na investigação sobre uma operação ilegal de escuta na sede do comitê nacional do Partido

Democrata, dando curso a uma história cuja principal fonte, anônima, atendia pelo apelido de “Garganta Profunda”.

Foi num momento como esse, de ruptura, que a imprensa brasileira, quase em unanimidade, resolveu dar um basta às estripulias do governo Collor e, contrariando os aparentes interesses de seus controladores, foi buscar as provas da corrupção onde as autoridades não as enxergavam.

O *Post* derrubou Nixon, os grandes jornais brasileiros, com a destacada participação das revistas semanais e da Rede Globo, criaram as condições para o impeachment de Fernando Collor, os 32 jornais americanos que abrigaram a reportagem de Hersh permitiram que o *establishment* militar americano fosse exposto em toda sua insanidade, enriquecendo a história do jornalismo com o cumprimento em mais alto grau do seu mais nobre papel. Momentos como esse exigem mais do que talento jornalístico.

Edições rotineiras

Uma cobertura correta, bem-intencionada, com esforçados testemunhos de repórteres brasileiros, talentosos e experientes repórteres presentes aos principais locais dos eventos, marcou os primeiros dias da cobertura dada pela imprensa nacional do maior atentado perpetrado em território espanhol. Uma sucessão de artigos relacionando o massacre de Madri aos atentados em Nova York e Washington, em 11 de setembro de 2001, deu o necessário giro histórico para situar o leitor num contexto mais amplo do que a tragédia em si.

Clóvis Rossi conduziu bem o leitor da *Folha de S. Paulo* a refletir sobre os traumas do país que esteve envolvido em sangrenta guerra civil entre 1936 e 1939, e que ficou desde esse período submetido à ditadura de Francisco Franco Bahamonde até 1975. Luiz Carlos Ramos, do *Estado de S. Paulo*, misturou-se à multidão para narrar a seus leitores como a Espanha expressou sua dor e pragmaticamente, pelo voto, manifestou seu repúdio à tentativa de manipulação do noticiário por parte do governo de José Maria Aznar em função da proximidade das eleições.

Mas não têm bastado a competência e a correção. Os atentados de Madri representam muito mais do que os esforçados editores apresentaram ao leitor, em meio ao trabalho de seus repórteres e à fatura de material despejado em seus computadores pelas agências de notícias. No fundo, o noticiário se repetiu sob os diversos logotipos e articulistas conservadores e defasados nos remeteram de volta à Guerra Fria.

Quando o terror nos informa que nada será como antes, que os bilhões de dólares investidos em sofisticados sistemas de mísseis intercontinentais são uma verdadeira inutilidade contra uma mochila cheia de explosivos deixada num vagão de trem, obriga-se o leitor a reler as mesmas idéias e os mesmos argumentos que recheiam as páginas das edições rotineiras.

Se é verdade que pouco ou nada se pode avançar, a partir da redação, em termos de informação objetiva sobre os eventos de Madri, também é verdade que as escolhas em geral têm revelado que aplicou-se sobre a edição o plano estratégico comum do gênero: nosso homem no local, o melhor das agências, um panorama histórico. Só faltou o infográfico sobre quem-ganha-quem-perde com os atentados. Com isso, tivemos uma boa cobertura factual, e só.

Corrupção e terrorismo

A televisão e a internet estiveram mais ricas nesse sentido estrito – a primeira porque nos oferece imagens e sons locais, a segunda porque, além de acrescentar o texto, abre a possibilidade do leque infinito de links até a última fronteira dos blogs, que instantaneamente inundaram a rede com gravações de conversas telefônicas de vítimas e testemunhas, confissões de policiais e bombeiros, bastidores da campanha política que fazia pano de fundo para a tragédia.

A imprensa perde em interatividade e em estímulos visuais e auditivos. Se as fontes de informação objetiva são limitadas pela impossibilidade de um Ramos ou um Rossi estarem em mais de um lugar ao mesmo tempo, e se as fontes das agências estão

pasteurizadas e vulgarizadas, ainda há o recurso de rastrear a rede de anônimos que, como um sistema extremamente capilarizado, consegue em um ou dois graus de aproximação se colocar ao lado de um protagonista ou junto a uma vítima. Os cordões de isolamento não os impedem. Suas fotos, sacadas com pequenas

câmeras digitais ou com telefones celulares, já formam álbuns mais ricos do que aqueles que encontramos nas galerias dos jornais. Assim como os terroristas, os internautas ativos, ou webprotagonistas, parecem ter o poder de se infiltrar em qualquer ambiente. Só não conseguem chegar às mesas dos editores.

Com escolhas conservadoras na edição, a imprensa perde também a oportunidade de oferecer ao leitor um olhar mais profundo sobre a ruptura que os atentados de Madri representam no quadro das relações internacionais e no modo como teremos de viver, daqui para diante, nas grandes cidades de qualquer país.

Espalhar a massa das informações sobre a velha tela que ainda separa política de economia, Ocidente de Oriente, “civilizados” de “bárbaros”, é apostar em paradigmas que já não são suficientes para explicar a vida presente.

Espalhar a massa das informações sobre a velha tela que ainda separa política de economia, Ocidente de Oriente, “civilizados” de “bárbaros”, é apostar em paradigmas que já não são suficientes para explicar a vida presente.

As análises que o leitor tem recebido não contemplam, por exemplo, a responsabilidade do sistema financeiro internacional na migração e validação de recursos que conectam a corrupção e o crime organizado ao terrorismo. No entanto, em qualquer conversa de botequim os cidadãos mais atentos dão mostras de entender as relações entre a liberdade com que um mafioso monta uma rede de máquinas de jogo viciadas numa cidade brasileira e a rede de proteção que traficantes e contrabandistas alugam para terroristas na tríplice fronteira de Foz do Iguaçu. Ou a facilidade com que uma arma de alto poder de fogo viaja entre uma favela do Rio de Janeiro e uma fazenda no interior do país, podendo ser usada para o assassinato de um fiscal que investiga o trabalho escravo.

É desse mundo, no qual o poder do Estado se esfacela diante da ação de indivíduos altamente organizados e solidamente financiados, que não nos fala a imprensa ao relatar a tragédia de Madri. É nesse mundo que teremos de viver, daqui para a frente.

Terrorismo e alienação

Ulisses Capozzoli

[16/3/2004 # <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=268TER004>]

Difícil definir, em poucas palavras, para que serve a ciência. Uma solução, talvez, seja considerar que a função da ciência é fornecer uma inteligibilidade possível sobre a realidade, ou o que aprendemos a considerar realidade, com todos os desdobramentos de uma abordagem dessa natureza.

Se aceitarmos essa consideração devemos levar em conta que, nos próximos dias, estendendo-se pelo futuro imediato, os acontecimentos em Madri, e em seguida por toda a Espanha, irão exigir muito trabalho dos cientistas sociais com repercussões profundas no jornalismo.

Qualquer pessoa medianamente informada sobre o que acontece no mundo duvidaria, desde o primeiro momento, da versão apresentada pelo governo direitista de José Maria Aznar sobre quem realizou os atentados em Madri, matando e ferindo centenas de pessoas.

Era conveniente ao Partido Popular (PP) de Aznar que o atentado tivesse partido da organização separatista Pátria Basca e Liberdade (ETA, na língua basca), ainda que todas as características fossem em sentido contrário.

Essa conveniência é parte de uma estratégia cínica, fascista mesmo, de se manter no poder a custo do falseamento do real, em total desrespeito à inteligência da sociedade e num momento de profunda comoção psicológica.

A mídia, num primeiro tempo, mesmo levando em conta a possibilidade de os atos serem de outra responsabilidade, fez eco preguiçoso e conservador à versão oficial. A negativa enfática de representantes bascos, acompanhada de uma carta divulgada por um jornal árabe editado em Londres reivindicando o atentado por uma outra organização, não foram suficientes para deslocar a versão oficial.

No Brasil, ainda no domingo (14/3/2004), jornais como *O Estado de S. Paulo* seguiam com fidelidade canina essa linha suspeita. Evidência disso é o comentário patético de Carlos Alberto Montaner (“jornalista e escritor cubano”), na página 2, responsabilizando, por puro faro ideológico, a organização basca pelos atentados.

A virada do Partido Socialista Obrero Espanhol (PSOE), no entanto, mostrou que a população espanhola fez seu julgamento sobre os acontecimentos e o veredicto diz que o governo dirigido por Aznar mentiu e tentou enganar os cidadãos.

Uma nação inteira fez isso antes de as redações atinarem para o que estava em curso.

“Causa principal”

O governo dirigido pelo arrogante Aznar tentou, sem sucesso, o que conseguiram antes dele o historiador-cowboy George W. Bush nos Estados Unidos e o roqueiro sem talento Tony Blair, na Inglaterra.

A reação da população espanhola que havia majoritariamente condenado a participação do país na invasão do Iraque traz esperança de que alguma coisa possa estar mudando e remete à leitura do que escreveram dois grandes intelectuais do passado.

O primeiro deles é um espanhol mesmo, o filósofo Jose Maria Ortega y Gasset (1883-1955) e seu estilo algo jornalístico de pensar e escrever. O outro é Michael Alexandrovich Bakunin (1814-1876) intelectual russo originário de uma rica família proprietária de terras e o mais brilhante dos anarquistas históricos.

Há muitos pontos em comum entre esses homens. Dois deles estão no fato de ambos terem se exilado fugindo de governos ditatoriais e fundado organizações capazes de propagar as idéias que defenderam.

Ambos estão, além disso, profundamente ligados à história da Espanha e a movimentos filosóficos sem fronteiras para retirar os homens, independente de onde tenham nascido, da miséria da restrição filosófica em benefício da busca de sua humanidade na libertação movida pela investigação crítica.

Ortega y Gasset filiado à escola neokantiana e professor de metafísica em Madri antes do exílio voluntário entre 1936-45, quando passou parte da vida na Argentina, fundou periódicos como *Espanã* (1915), *El Sol* (1917) e a revista *Occidente* (1923).

É de Ortega y Gasset a famosa expressão “Eu sou eu e minhas circunstâncias”, no sentido de localizar o homem como um produto da cultura enquanto ambiente de origem e desenvolvimento. Entre suas obras mais conhecidas está *Rebelião das massas* (*La rebelión de las massas*), de 1920, na qual denuncia o século 20 como um tempo dominado pelas massas de indivíduos indistinguíveis.

Se pudesse retomar seus escritos plenos de velocidade e síntese (que, entre nós, só conseguiu fazer Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*), Ortega y Gasset talvez redimisse a Espanha por sua condenação nas urnas à tentativa trapaceira de Aznar e seus comandados.

Quanto a Bakunin, em *A Ilusão do Sufrágio Universal*, um texto curto como era de seu estilo, demole como uma carga de dinamite o conceito frágil e restrito que políticos oportunistas (o que quase todos são) e jornalistas superficiais sustentam sobre a democracia.

É possível pensar em paz, em bem-estar social, sob a sangria do neoliberalismo sustentado por poder militar que empobrece e devasta nações, e , também, um continente inteiro, como a África?

Certamente vale a pena repetir um curto trecho de *A ilusão...* que é útil tanto para a Espanha como para o Brasil ou qualquer outro país deste mundo pequeno, confuso e cada dia mais violento:

“Toda a decepção com o sistema representativo está na ilusão de que um governo e uma legislação surgidos de uma eleição popular deve e pode representar a verdadeira vontade do povo. Instintiva e inevitavelmente, o povo espera duas coisas: a maior prosperidade material possível combinada com a maior liberdade de movimento e de ação. Isto significa a melhor organização dos interesses econômicos populares e a completa ausência de qualquer organização política ou de poder, já que toda organização política destina-se à negação da liberdade. Estes são os desejos básicos do povo”.

Bakunin, fundador do movimento anarquista-histórico, que morreu com a destruição das organizações anarco-sindicalistas espanholas em 1939, considera que...

“...os instintos dos governantes, sejam legisladores ou executores das leis, são diametralmente opostos por estarem numa posição excepcional. Por mais democráticos que sejam seus sentimentos e suas intenções, atingida uma certa elevação de posto, vêem a sociedade da mesma forma que um professor vê seus alunos, e entre o professor e o aluno não há igualdade. De um lado há o sentimento de superioridade, inevitavelmente provocado pela posição de superioridade que decorre da superioridade do professor, exercite ele o poder legislativo ou executivo. Quando existe dominação, uma grande parcela da sociedade é dominada e os que são dominados geralmente detestam os que os dominam, enquanto estes não têm outra escolha a não ser subjugar e oprimir aqueles que dominam”.

Para Bakunin...

“...esta é a eterna história do saber político, desde que o poder surgiu no mundo. Isto é, o que também explica como e por que os democratas mais radicais, os rebeldes mais violentos, se tornam os conservadores mais cautelosos assim que obtêm o poder. Essas retratações são geralmente consideradas atos de traição, mas isso é um erro. A causa principal é apenas a mudança de posição e, portanto, de perspectiva”.

Xadrez político

Ortega y Gasset, à sua maneira um defensor da individualidade, para ele uma realidade fundamental, e Bakunin, um anarquista com abordagem parecida, sem dúvida não veriam na eleição do socialista José Luis Rodrigues Zapatero, o substituto de Aznar, a solução para o drama da Espanha refletindo a Europa e o que chamamos Ocidente.

Mas a questão, aqui, não é mesmo de solução. É mais de rebelião, de resistência em aceitar a mentira, a versão fraudulenta, como a verdade imposta autoritariamente. Talvez possa ser o começo de alguma coisa que não sabemos ainda onde nos levará.

As versões políticas (e econômicas) fraudulentas, neste momento, se acumulam como as pedras que formam a Grande Muralha da China sem que os cientistas sociais sejam capazes de trocar uma mesmice irritante por uma reflexão mais promissora.

Os economistas, em sua maioria, para dar um exemplo, talvez não tenham mesmo o que dizer. A lógica pobre que aprenderam a utilizar prescinde da história, da geografia e da cultura enquanto constelação de valores fundamentais. Esses pobres homens – para quem a arrogância substituiu a reflexão – têm no mercado o único dado que conta.

A literatura, os escritores, como acontece desde que os homens aprenderam a falar, tem sido uma fonte de resistência e estímulo crítico – pouco importa se se encaixa ou não no universo das ciências sociais.

Intelectuais do porte de Noam Chomsky e Susan Sontag, no entanto, passaram por um linchamento moral quando se posicionaram criticamente em relação a um outro 11, o inesquecível 11 de Setembro, que destruiu não apenas as Torres Gêmeas mas despedaçou parte do Pentágono, o Forte Apache contemporâneo, nos Estados Unidos.

O que os cientistas sociais devem à sociedade humana, neste momento da história, é oferecer uma inteligibilidade possível para esses acontecimentos duros, aterrorizantes mesmo.

Por que ocorreu o indesejável atentado de Madri? E a palavra indesejável, aqui, não é casual. É proposital. Qualquer pessoa com um mínimo de equilíbrio deve condenar iniciativas como esta. Mas se estas coisas estão ocorrendo na velocidade em que estão, é preciso compreender o mecanismo delas. Os artigos pífios dos jornais, como o escrito politicamente ressentido de Montaner, não passam de uma farsa tão abjeta como a manipulação de políticos do calibre de Aznar e seu grupo. E este tipo de escrita tem espaço livre, sem nenhuma confrontação crítica.

Pode-se aceitar com facilidade, a título de exemplo, que Fidel Castro e sua conversa fiada de horas a fio não resistam a uma curta visita à fortificada ilha de Cuba, com prostituição, corrupção e outras mazelas do “imperialismo”. Mas os anticastristas não são nem um pouco melhores e os escritos produzidos por esta gente não têm nada a contribuir para a formação de um juízo crítico contemporâneo.

A compreensão da tragédia de Madri deve levar em conta um xadrez político internacional, o que é de uma obviedade solar, mas nem por isso considerado enquanto referência para considerações críticas. Essa é a camisa de força da ideologia.

Jornalismo moderno

É possível ter paz no mundo após o ataque sangrento que os Estados Unidos fizeram no Iraque, teoricamente para retirar um ditador sanguinário que eles mesmo criaram e financiaram para defender interesses mundanos no Oriente Médio?

É possível haver paz no mundo com o bombardeio sistemático de campos de refugiados palestinos por um truculento governo israelense que aplica, agora, com refinamento, o tratamento que judeus sofreram em campos de concentração nazistas?

É possível pensar em paz, em bem-estar social, sob a sangria do neoliberalismo, sustentado por poder militar, que empobrece e devasta nações como é o caso da Argentina, mas, também, do Brasil e, além, de um continente inteiro como a África?

Mesmo a ETA, com métodos discutíveis, deve ser situada historicamente. A organização basca nasceu sob uma das mais cruéis ditaduras do século passado. O generalíssimo Francisco Franco assassinou desafetos com métodos inquisitoriais, como o garrote vil, até meados dos anos 1970, quando a morte, finalmente, o levou.

O jornalismo preguiçoso, comprometido ideologicamente, tocado por empresas com a mesquinha típica de certas estruturas familiares, não tem olhos para a realidade e confunde os acontecimentos pelo mundo afora com seus próprios devaneios de poder despótico. Este é um dado significativo para a cultura no Brasil.

Desde que a internet se consolidou como veículo de comunicação planetário haveria necessidade de mudanças profundas no jornalismo e nas escolas de jornalismo para ampliar minimamente os efeitos desse impacto. Mas o poder no interior das redações é cada vez mais despótico, arrogante e alienado. Prova disso é a deterioração, a decomposição mesmo, do ambiente de trabalho. A maior revista semanal brasileira é a melhor evidência disso.

O que é profundamente necessário é a prática de jornalismo interpretativo, jornalismo contextualizado historicamente para fornecer uma inteligibilidade possível. O que pensam ou avaliam A, B ou C pouco importa. Até porque, com raríssimas exceções, as colunas de opinião não revelam outra coisa além da formação intelectual precária de seus titulares e suas limitações ideológicas. No jornalismo moderno, necessário para o desenvolvimento crítico, as colunas de opinião tendem a ser extintas como desajeitados e incompatíveis dinossauros.

O jornalismo interpretativo é o campo novo do jornalismo enquanto sub-área das ciências do comportamento. A evidência disso também está nos jornais e é praticada por gente como Robert Fisk, que trabalha para o diário britânico *The Independent*. Mas ainda é uma presença muito tímida.

Todos usam o terror

Alberto Dines

[16/3/2004 # <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=268TER002>]

Pela segunda vez, em três anos, os banhos de sangue e as carnificinas são rapidamente deixados de lado e o terrorismo passa a ser discutido e validado como ação política.

O massacre do 11 de Setembro foi concebido e executado pela al-Qaeda para aproveitar ao máximo o potencial de exposição e dramatização da mídia. Conseguiu. Os quase três mil mortos de Nova York ainda não estavam contados quando alguns “progressistas” irracionais já entoavam a cantilena de que o atentado foi uma boa lição para o presidente Bush.

Frei Leonardo Boff chegou a escrever que quatro aviões jogados em Nova York e Washington eram insuficientes. Retratou-se; outros disseram as mesmas barbaridades e prosseguiram no desvario.

O presidente George W. Bush serviu-se do assassinato coletivo dos seus compatriotas para iniciar a sua Guerra Santa contra a Guerra Santa islâmica. Seu fundamentalismo precisava do fundamentalismo da al-Qaeda. Com aprovação internacional, deu-se bem no Afeganistão, mas a intervenção unilateral no Iraque está sendo uma catástrofe.

A chacina madrilenha no 11 de Março também foi concebida como ação política e midiática, na véspera de uma eleição em que o PP ainda majoritário oferecia indícios de fadiga. O governo espanhol caiu na esparrela – tentou capitalizar o massacre atribuindo-o ao ETA porque não lhe interessava explorar a hipótese de que poderia ser a al-Qaeda querendo vingar-se da sua participação na ocupação do Iraque.

Erro irreparável

José Maria Aznar foi derrotado nas urnas três dias depois quando o eleitorado espanhol – um dos mais esclarecidos da Europa e servido por uma imprensa madura e responsável – percebeu a tentativa de manipulação.

Os quase três mil mortos de Nova York e os 201 mortos de Madri – alguns ainda insepultos – já estão esquecidos. A mídia ajudou a esquecê-los. Cansada do horror e dos corpos esfaqueados, prefere entreter-se com suas pequenas indignações.

De um lado, os cruzados da direita espanhola encastelados na agência de notícias estatal EFE, que surrupiaram as evidências das primeiras horas, quando o terror islâmico aparecia como principal suspeito.

Do outro lado, os cruzados da esquerda insana, com Robert Fisk à frente, intransigentes defensores do princípio de que os fins justificam os meios, encantados com a nova vitória do terror e a “lição” que deu aos que não sabem enfrentá-lo.

O líder vitorioso dos socialistas espanhóis, José Luiz Zapatero, foi taxativo ao garantir que não será cúmplice do terrorismo nem participe do desastre que está se armando no Iraque. É uma opção política e moral, intransigente.

Jornais e jornalistas podem fazer suas opções políticas, mas entre elas não pode estar a resignação à barbaridade. A mídia internacional cometerá um erro irreparável ao admitir o terror no repertório de ações políticas. O terrorismo não é um projeto ideológico nem programa partidário. É uma sanha sem limites, irracional.

Validado o terror, a próxima vítima pode ser a própria mídia.

